



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 006

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 02 DE MARÇO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PPB</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i>	<i>Neivo Beraldin</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>
<i>PSB</i>	<i>Doutor Luciano</i>

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari (em licença) - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 005ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
02 DE MARÇO DE 2004**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nelson Tureck e Geraldo Cartário.

À hora regimental foi registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Valdir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob nº CTL/CC/323/2003, do Senhor Governador do Estado, restituindo a este Poder Legislativo, o Projeto de Lei nº 082/2003. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob nº CTL/CC/026/2004, do Senhor Governador do Estado, restituindo a este Poder Legislativo, o Projeto de Lei nº 365/2003. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob nº CTL/CC/008/2004, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 312/2003, de autoria da deputada Elza Correia, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob nº CTL/CC/009/2004, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 274/2003, de autoria do deputado Barbosa Neto, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob nº CTL/CC/010/2004, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 376/2003, de autoria do deputado Valdir Leite, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob nº CTL/CC/011/2004, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 369/2003, de autoria do deputado Antonio Anibelli, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob nº CTL/CC/012/2004, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 489/2003, de autoria do deputado Marcos Isfer, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob nº CTL/CC/013/2004, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 381/2003, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob nº CTL/CC/014/2004, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 273/2003, de autoria do deputado Barbosa Neto, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob nº CTL/CC/015/2004, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 514/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob nº CTL/CC/016/2004, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 483/2003, de autoria do dep-

utado Ângelo Vanhoni, por julgá-lo contrário ao interesse público. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob nº CTL/CC/023/2004, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 220/2003, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob nº CTL/CC/024/2004, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 404/2003, de autoria do deputado Durval Amaral, por julgá-lo contrário ao interesse público. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob os nºs CTL/CC/017, 018, 020, 021, 022 e 025/2004, do senhor Governador do Estado, comunicando haver Sancionado os Projetos de Lei nºs:

492/2003: De autoria do deputado Antonio Anibelli que, dá nova redação a dispositivos da Lei nº 14.055/2003 (Proibição de circulação de carretas e caminhões pelo ferry-boat à Guaratuba, o qual foi convertido em Lei nº 14.280. **Anote-se - Arquivo-se.**

254/2003: De autoria do deputado Pastor Edson Praczyk que, obriga empresas produtoras de disquetes manterem Programas de Recolhimento, Reciclagem ou Destruição do Produto, o qual foi convertido em Lei nº 14.281. **Anote-se - Arquivo-se.**

707/2003: De autoria da deputada Luciana Rafagnin que, dispõe sobre a elaboração do Programa de Construção de Casas Populares, com madeiras apreendidas, o qual foi convertido em Lei nº 14.283. **Anote-se - Arquivo-se.**

533/2003: De autoria do deputado Luiz Nishimori que, dispõe sobre normas de segurança para a realização de grandes eventos, conforme especifica, o qual foi convertido em Lei nº 14.282. **Anote-se - Arquivo-se.**

019/2003: De autoria do deputado Mario Sergio Bradock que, dispõe sobre contratação, em caráter de voluntariado, de reservista das Forças Armadas, para os fins e nas condições que especifica, o qual foi convertido em Lei nº 14.285. **Anote-se - Arquivo-se.**

717/2003: Da CPI da Copel que, altera os dispositivos que especifica, da Lei nº 1.384, de 10 de novembro de 1953 e adota outras providências, o qual foi convertido em Lei nº 14.286. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob nº CTL/CC/019/2004, do Senhor Caíto Quintana - Chefe da Casa Civil, encaminhando a este Poder Legislativo, os inclusos Projetos de Lei nºs 042; 064; 124; 205; 225; 234; 272; 279; 285; 335; 364; 386; 389; 390; 394; 438; 443; 446; 479; 510; 511; 512; 515; 516; 517; 519; 520; 521; 522; 524; 552; 556; 565; 569; 571; 595; 596; 598; 601; 603; 604; 607; 611; 612; 613; 621;

628; 633; 647; 652; 654; 656; 657; 658; 659; 661; 663; 668; 670; 675; 678 e 687/2003. **Ao conhecimento da Casa.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 123

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, REQUER, na forma regimental (art. 182), a votação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 027/2004, que institui o Dia Estadual da Inclusão Digital.

Sala das Sessões, em 02.03.2004.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

Em um mundo onde o mercado de trabalho está cada vez mais competitivo e o uso de tecnologia se mostra cada dia mais necessário para a inclusão do trabalhador no mercado, principalmente no setor de serviços, torna-se obrigação de todo governo democrático promover a familiarização do seu povo com o mundo digital.

Nosso Estado situa-se na média nacional de utilização de Tecnologia da Informação (TI) pelos cidadãos com 14% de pessoas que interagem com computar e 8,3% que têm Internet domiciliar. É sem dúvida alguma um quadro de exclusão digital. Associa-se a isto, a colocação do Brasil em 65º lugar entre todos os países do mundo, no que se refere a utilização de TI pelos seus habitantes.

O presente requerimento pretende agilizar a realização de ações governamentais que venham de encontro com o já citado Projeto de Lei, que, institui o último sábado do mês de março de cada ano, como sendo o Dia da Inclusão Digital do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 124

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais (artigo 182 e seguintes do RI/ALEP), vem REQUERER, após ouvido o douto Plenário regime de urgência para tramitação da lei que decreta o dia 02 de maio, no calendário do Estado como Dia Estadual da Comunidade Polonesa.

Sala das Sessões, em 02.03.2004.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 130

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com base no artigo 107 do Regimento Interno, a transformação da Sessão Ordinária de 03/03/2004 em Comissão Geral de Plenário para votação do Projeto de Lei Complementar nº 003/2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Professores do Paraná.

Sala das Sessões, em 02.03.2004.

(aa) MARCOS ISFER, DOUTOR LUCIANO, DOBRANDINO DA SILVA, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, LUCIANA RAFAGNIN, CHICO NOROESTE, ANDRÉ VARGAS, DURVAL AMARAL, MAURO MORAES, ARTAGÃO JÚNIOR, WALDIR LEITE, LUIZ ACCORSI, JOCELITO CANTO, CIDA BORGHETTI, ELZA CORREIA, DELEGADO BRADOCK, LUIZ NISHIMORI, AUGUSTINHO ZUCCHI, HERMAS BRANDÃO, ANTONIO ANIBELLI, NEIVO BERALDIN, TADEU VENERI, PEDRO IVO ILKIV, NELSON JUSTUS, RENI PEREIRA, BARBOSA NETO, JOSÉ MARIA FERREIRA, RENATO GAÚCHO, ADEMAR TRAIANO, FERNANDO RIBAS CARLI, PASTOR EDSON PRACZYK, VALDIR ROSSONI, ELIO RUSCH, ALEXANDRE CURI e 01 ilegível.

REQUERIMENTO Nº 135

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de pesar nos Anais desta Casa, pelo falecimento do jornalista Jorge Kudri, ex-diretor do jornal Diário Popular e ex-presidente da Federação Paranaense de Futebol de Salão, ocorrido no último dia 20 de fevereiro. Jorge Kudri marcou sua vida pela dedicação ao esporte amador, como um dos fundadores e dirigente maior da Federação Paranaense de Futebol de Salão, desde 1971.

Nascido em 24 de julho de 1938, era natural de Paranaguá / PR, tinha por profissão o jornalismo. Iniciou sua carreira em 1954, no então jornal Paraná Esportivo, adolescente ainda, com 16 anos de idade.

Em 1955, reportou o futebol de salão em Curitiba, para no ano seguinte participar da fundação da Federação Paranaense de Futebol de Salão, com a qual se identificou sendo seu presidente desde 1971 até os seus últimos dias de vida, ficando neste período fora do cargo, apenas 3 meses em 1975.

Criou vários torneios populares de futebol de salão, organizou a 1ª Copa Tribuna e foi pelo futebol de salão que adotou o termo de Campeonato Metropolitano, hoje adotado também por outros esportes.

Ocupou cargos internacionais, como: 1º vice-presidente da Confederação Sulamericana de Futebol de Salão; assessor técnico da CBD (atual CBFS) setor de futebol de salão; por diversas vezes foi presidente da Região Sul, pela Confederação Brasileira de Futebol de Salão e ajudou a incrementar e divulgar o futebol de salão no município de Curitiba, junto às escolas e prefeitura.

Como se vê, Jorge Kudri, teve o seu nome integrado ao futebol de salão do Paraná, do Brasil e até a nível internacional, o que justifica a sua inclusão nos Anais desta Casa.

Sala das Sessões, em 02.03.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 125

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Conselho Regional de Farmácia do Paraná, pelo Dia do Farmacêutico e posse da diretoria eleita para o biênio 2004/2005 e dos novos conselheiros regionais, realizado em 20 de janeiro de 2004.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Sr. Farm. Everson Augusto Krum, digníssimo presidente da CRF/PR, à Rua Itupava, 1235 - Alto da XV - CEP 80040-000 - Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 02.03.2004.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 126

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Sr. Maurício Fernando Cunha Smijtink, pela posse do mesmo junto à Presidência do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, em ato solene realizado em 30 de janeiro de 2004.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Exmo. Sr. Maurício Fernando Cunha Smijtink e aos demais conselheiros eleitos do CRC-PR, à Rua Lourenço Pinto, 196 - Edifício Centro do Contabilista - CEP 80010-160 - Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 02.03.2004.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 127

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Dr. Antonio Ferreira França, pela posse como presidente da OAB - Subseção de Marechal Cândido Rondon, e à nova diretoria eleita para o triênio 2004/2006.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Exmo. Sr. Antônio Ferreira França, à Rua Tiradentes, 1120 - Fórum Estadual - CEP 85960-000 - Marechal Cândido Rondon / PR.

Sala das Sessões, em 02.03.2004.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 128

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao juiz Luiz

Carlos Gabardo, pela posse no cargo de juiz de Alçada, em solenidade especial realizada no último dia 13 de fevereiro no Tribunal de Alçada do Estado do Paraná.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Exmo. juiz, à Rua Mauá, 920 - Alto da Glória - CEP 80030-200 - Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 02.03.2004.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 129

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao juiz Leonel Cunha, pela posse no cargo de juiz de Alçada, em solenidade realizada no último dia 13 de fevereiro no Tribunal de Alçada do Estado do Paraná.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Exmo. juiz, à Rua Mauá, 920 - Alto da Glória - CEP 80030-200 - Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 02.03.2004.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 131

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações ao Sr. Flávio Fanuchi, cantor e compositor pontagrossense, pela brilhante interpretação do Hino Nacional, apresentada na reabertura do Parque Estadual de Vila Velha.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo, através de correspondência enviada ao endereço: Rua Coronel Dulcídio, nº 194 - Centro - CEP 84010-280 - Ponta Grossa / PR.

Sala das Sessões, em 02.03.2004.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 137

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje voto de congratulações e aplausos ao município de Guaraqueçaba pela comemoração, no próximo dia 11 de março/2004, de seus 459 anos.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Antonio Felício Ramos Filho, prefeito municipal, ao vice-prefeito, senhor Ivori José Dias, bem como a todos os vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Guaraqueçaba.

Sala das Sessões, em 02.03.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande alegria que toda a população do município de Guaraqueçaba irá comemorar festivamente o transcurso de seus 450 anos.

Histórico: Em 1545, quando a expedição espanhola de Senabrio imprevisivelmente aportou nas costas de Superagüi, assolada por uma tempestade, encontrou, dividindo amistosamente o território com as tribos indígenas locais, dois portugueses. No ano de 1614, o tabelião da Ouvidoria de São Vicente, Diogo de Unhatte, obtém de Pero Cubas a Sesmaria Paranaguá, localizada entre os rios Ararapira e Superagüi.

A base da povoação foi lançada em 1838, por Cypriano Custódio de Araújo e José Fernandes Corrêa, quando construíram uma pequena igreja nas proximidades de Morro de Guitumbê, que foi consagrada a Bom Jesus dos Perdões, e abençoada no dia 15 de junho de 1839. Ao redor da capela muitas famílias edificaram suas casas, algumas se dedicaram ao comércio e o lugar foi tomando ares de povoado.

Em 1854 Guaraqueçaba é elevada à categoria de Freguesia, e no ano de 1880, através da Lei Provincial, foi criado o município de Guaraqueçaba, com território desmembrado de Paranaguá.

O Poder Legislativo do Estado Paraná, por intermédio deste Parlamentar, orgulha-se em transmitir a toda a população de Guaraqueçaba, bem como aos seus administradores, os mais efusivos cumprimentos pela passagem de seus 450 anos de fundação.

REQUERIMENTO Nº 139

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de congratulações à Sra. Mônica Maria de Paula Barroso, pela honrosa congratulação concretizada pelo recebimento do diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em Sessão Solene no Senado Federal, durante as comemorações do Dia Internacional da Mulher. Deve-se ressaltar que este símbolo de lutas e vitórias é merecedora de tão honorífico mérito, tendo em vista o imanente trabalho que realiza em prol das mulheres do Brasil.

Solicito ainda a especial gentileza em notificar a Sra. Mônica Barroso junto à Defensoria Pública da cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 02.03.2004.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 140

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de congratulações à Sra. Zuleika Alambert, pela honrosa congratulação concretizada pelo recebimento do diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em Sessão Solene no Senado Federal, durante as comemorações do Dia Internacional da Mulher. Deve-se ressaltar

que este símbolo de lutas e vitórias é merecedora de tão honorífico mérito, tendo em vista o imane trabalho que realiza em prol das mulheres do Brasil.

Solicito ainda a especial gentileza em notificar a Sra. Zuleika Alambert junto ao Partido Popular Socialista da cidade de Santos, Estado de São Paulo, acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 02.03.2004.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 134

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Sr. Lindsley da Silva Rasca Rodrigues, diretor-presidente do Instituto Ambiental do Paraná -IAP, solicitando do mesmo a promoção de estudos destinados a colaborar na solução do problema do Lago do Ingá, no município de Maringá, haja vista que aquele símbolo do município está secando.

Conforme matéria jornalística publicada na Gazeta do Povo de 02 de março de 2003, o lago está com o nível de água a 1,15 metros abaixo do normal. Em uma das extremidades, a margem está com doze metros de lama e a cada semana o espaço sem água aumenta mais.

Nos 32 anos de existência, foi a primeira vez que os pedalinhos ficaram sem passear pelo lago.

Sala das Sessões, em 02.03.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 136

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, solicitando do mesmo providências no sentido de reforçar o efetivo policial no município de Maringá, buscando reduzir os acidentes de trânsito violentos que lá têm acontecido com frequência.

O excesso de velocidade tem vitimado muitos maringaenses que, de forma imprudente, ceifam vidas e causam temor naquela comunidade.

Os acidentes envolvendo jovens que conduzem os respectivos veículos em alta velocidade têm acontecido, geralmente durante a madrugada e nos finais de semana, razão qual é necessário implementar política de cobertura dos locais mais críticos especialmente nesses horários.

Sala das Sessões, em 02.03.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 132

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido

o douto Plenário, solicitando à Casa que peça informações ao jornal Gazeta do Paraná, qual o nome do assessor do Palácio Iguazu citado na matéria Política & Cia, pg. 02 da edição de hoje, terça-feira, dia 02 de março de 2004.

Sala das Sessões, em 02.03.2004.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

REQUERIMENTO Nº 141

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a inserção nos Anais da presente Sessão Ordinária, da matéria "O amigo do Valdo", da coluna Política & Cia, do jornal Gazeta do Paraná, da edição de hoje, terça-feira, dia 02 de março de 2004, em anexo.

Sala das Sessões, em 02.03.2004.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 035/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Professores Cegos do Paraná, com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.03.2004.

(a) NEIVO BERALDIN

PROJETO DE LEI Nº 036/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominada de governador Antonio Anibelli, ponte de concreto sobre o Rio Ivaí, na PR-576, ligando Santa Mônica com o município de Tapira (Rodovia Tildo Mazzarino).

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.03.2004.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Com a iniciativa deste projeto de lei, pretendemos homenagear um homem que escreveu muito da história do Paraná.

Dr. Antonio Anibelli, ex-prefeito, ex-deputado estadual, ex-deputado federal e ex-governador, deixou uma história muito interessante no Paraná. Por 50 anos

ele e seu filho Antonio Martins Anibelli, são detentores de mandatos desde 1946 até agora, com mandatos sucessivos sem interrupção. É uma história, aqui no Paraná, como não há outra. E entendemos que dificilmente haja no Brasil.

O Dr. Antonio Anibelli era filho de Alberto Anibelli e de Francisca Anibelli, tendo nascido em São Paulo dia 14 de outubro de 1911. Com seis meses de idade, mudou-se com a família para o Rio Grande do Sul, na cidade de Santa Maria da Boca do Monte, onde fez curso primário e o ginásio até o 4º ano, havendo concluído no Ginásio Paranaense (hoje Colégio Estadual do Paraná).

A 19 de dezembro de 1931, recebeu o grau de bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Paraná.

Dedicando-se ao Ministério Público, iniciou sua carreira como adjunto de promotor público de Ipiranga, passando a seguir a Clevelândia, na mesma incumbência. Foi promotor público federal concursado, tendo sido nomeado pelo saudoso presidente Getúlio Vargas, como promotor do recém criado Território Federal de Iguaçu.

Em 1944 foi prefeito municipal de Clevelândia.

Deputado estadual nas Legislaturas: 1951 a 1955, 1955 a 1959 e 1959 a 1962, exercendo por duas vezes a presidência da Assembléia Legislativa.

De 03 de abril a 1º de maio de 1955 exerceu interinamente o governo do Estado em substituição ao governador Bento Munhoz da Rocha Neto.

Foi deputado federal de 1963 a 1967, 1967 a 1971 e 1971 a 1975.

A intenção do presente projeto de lei é de prestar uma singela homenagem ao bravo homem público, considerado o desbravador do sudoeste, Dr. Antonio Anibelli, um dos políticos mais destacados. Participante ativo em todos os momentos decisivos para a comunidade paranaense.

Faleceu em Curitiba, no dia 15 de agosto de 1997.

Deixou um filho, o atual deputado Antonio Martins Anibelli e mais duas filhas: Marilena e Marize, 10 netos e 02 bisnetos.

O Dr. Antonio Anibelli, pelas suas qualidades de inteligência, de espírito e de caráter, soube sempre convencer seus pares, na legitimidade e na honradez de suas intenções, no determinar na Prefeitura de Clevelândia, no Governo do Estado ou discutir na Assembléia Legislativa ou na Câmara Federal, as necessidades do povo paranaense. Nunca fugiu ao mandato que lhe foi outorgado pelo povo, antes o notabilizou, pela serenidade e patriotismo de suas atitudes. Não usou dos cargos públicos como pedestal para a estátua da vaidade; antes deles serviu-se para combater o bom combate pela justiça e pela democracia. Considerou a função pública como um posto de lutas e sacrifícios e não como uma sinecura para lisonjear vaidades ou para defender interesses pessoais.

A morte, no seu perambular incessante, não respeita nem fortes nem fracos. Por isso caiu mais um lutador, caiu o Dr. Antonio Anibelli, quando ainda no

acesso da luta. Levou consigo, entretanto, a certeza de haver lutado com denodo e com altivez, o combate da honra e do dever.

É esse campeoníssimo homem público que sempre subiu e alcançou seus mandatos através do voto livre do povo paranaense, que pretendemos homenagear, com a modesta designação de seu nome à ponte de concreto sobre o Rio Ivaí na PR-576, ligando Santa Mônica com o município de Tapira (Rodovia Tildo Mazzarino).

Certamente outras homenagens virão, muitas mais, pela gratidão das gerações futuras que jamais se esquecerão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente e senhores deputados.

Uso o microfone para comunicar à Casa que, em nome da Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa, estou encaminhando um requerimento ao senhor secretário de Estado da Saúde para que nos informe onde foram aplicados os 287 milhões, 406 mil, 117 reais e 38 centavos recebidos como repasse do Governo Federal à Secretaria da Saúde do Estado do Paraná. Este ano a Secretaria já recebeu 70 milhões, 227 mil, 034 mais 73 centavos. Esses recursos são do Fundo Nacional da Saúde.

Ora, senhores deputados, cabe aqui uma reflexão: 300 milhões de reais num ano recebido no Fundo Nacional da Saúde para a Secretaria da Saúde, recebidos na conta 001, agência 037931, conta corrente 0000103284. Essas são as informações que temos e imagino que esses recursos são para atender os mais diversos programas na área da saúde, aqui, estão os diversos programas, valores e dias que a Secretaria da Saúde recebeu. Faço essa comunicação aqui no Plenário, porque nunca assistimos tanta reclamação por parte de quem precisa da saúde do que estamos constatando nos dias de hoje. É reclamação de quem vai no posto de saúde, é reclamação de quem vai na fila para buscar um remédio que é dado pelo governo para muita gente que não possui recursos financeiros e acaba necessitando do medicamento para tratar de uma doença mais grave. São pessoas humildes que acabam ficando numa fila, de manhã até a noite, para conseguir um remédio que custa 10 reais, 12 reais ou talvez 100 reais, 200 reais, dependendo do medicamento.

Mas em quatorze meses de governo o Paraná recebeu, e essa confirmação há de vir do secretário da Saúde, perto de 400 milhões de reais como repasse do Governo Federal para o Governo Estadual, mas o dinheiro do orçamento do Estado, logo vamos notar, que não há problemas de recursos. O que precisamos saber é de que forma estes recursos estão sendo aplicados, de quem é que estão comprando medicamentos, de que maneira está sendo dado este tratamento, tão importante como é o setor da saúde do nosso Estado.

Como já disse, depois de vinte e poucos anos de mandato popular, nunca senti da população tanta reclamação. E vou dizer, vendo a distância, parece-me que o secretário é cheio de boa vontade. Vendo à distância. Mas, a partir de agora, vamos começar a solicitar as informações para que, através dessas informações de modo oficial, possamos, meu caro deputado Tureck, que também faz parte da Comissão de Fiscalização, que amanhã, inclusive, teremos uma audiência pública às 10h00, aonde vamos ouvir o diretor-técnico do porto de Paranaguá, que virá para nos falar sobre diversos assuntos, de diversos indícios de irregularidades naquela pasta.

Senhor presidente e senhores deputados, passo, neste momento, a recolher as assinaturas dos senhores membros da Comissão de Fiscalização, a fim de que seja protocolado este requerimento, porque esta Casa não pode se tornar ausente num assunto fundamental, que é a saúde do nosso povo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Ao iniciar nossas palavras, gostaria de saudar o Comitê Multipartidário das Mulheres do Paraná que estão presentes e todas as senhoras que vêm lutar por este projeto tão importante. Nós haveremos de derrubar o veto do Governo hoje, para manter o projeto de autoria do deputado Doutor Luciano, especialista em saúde nesta Casa, e também do nosso presidente Hermas Brandão, autor deste projeto. Haveremos de mais uma vez dar um “laçasso” no Governo hoje, e vamos derrubar este veto com todo respeito do PMDB e com todo o respeito ao PT.

Senhor presidente, que se registre na Ata desta Sessão, que a partir de hoje eu vou cobrar todos os dias mais funcionários para os Institutos Médicos Legais do Paraná. Este é o segundo dia para que o governador Roberto Requião seja um verdadeiro “serelepe”, como foi quando criou os cargos para o Teatro Guaíra. Então, que sejam criados cargos em regime de urgência, cargos em comissão, para acabar o sofrimento das famílias nos Institutos Médicos Legais do Estado do Paraná.

Ainda sobre este veto que vamos derrubar hoje, estivemos em Cuba e lá visitamos uma casa de apoio à gestante. A gestante que tem problemas no parto, nos últimos 20 dias vai para esta casa especializada, tem o acompanhamento dos médicos e enfermeiras 24 horas por dia. É por isso que em Cuba, no que se refere ao nascimento e à mortalidade infantil, o índice é de 5,7%. Um dos menores do mundo. Em Cuba há um grande projeto nesse sentido, em que as mulheres que têm risco de gravidez ficam nessa casa por conta do governo cubano.

Também gostaria de dizer que vou votar a favor desse projeto. Claro que para derrubarmos o veto, atendendo uma convocação do deputado Luciano, do nosso presidente Hermas Brandão e também porque está aqui a assinatura da deputada federal Selma Shons, que é do PT de Ponta Grossa, que tem sido uma revelação na política do Paraná e da nossa cidade, tem sido uma lutadora dos interesses dos Campos Gerais, e por isso, como o seu nome consta aqui, ainda com mais vontade votarei a favor de derrubar esse veto.

Mas, senhor presidente, hoje eu gostaria de falar sobre um assunto que é muito triste. Nós falamos de educação, o deputado Plauto, que é de Ponta Grossa também, as universidades do Paraná estão parando. Fui a uma reunião hoje dos estudantes, acadêmicos de jornalismo, estão faltando perto de 181 professores e as universidades, principalmente a nossa de Ponta Grossa, estão passando por um momento muito difícil.

Eu queria requerer - convidar, que fica mais delicado - para que o secretário Aldair Rizzi venha a esta Casa dizer que descontrolou teve o Governo do Estado que não colocou os professores que tinha que colocar nas universidades? Que governo é esse que tem tantos assessores e que não consegue planejar a volta às aulas de uma universidade que é sua, do Estado?

Senhor presidente, não é justificável que uma universidade como a de Ponta Grossa não tenha professores, isso para mim é incompetência do Governo que está aí. Quando se fala de educação, acima de tudo, tem que se ter respeito, programação, quando foi para programar os cargos do teatro Guaíra para os bailarinos, para o maestro, para o cantor lírico, não sei o que mais canta por lá, porque eu não sou de frequentar, mas votei a favor para não dizer que eu era contra a cultura. Por que não vêm de lá do Governo alguns cargos para suprir as universidades que estão neste momento sem professores, e os alunos estão lá. É dinheiro público botado fora. Se a Universidade tem problema, deputado Braddock, se a universidade vai ter que ser passada a limpo, vamos passar a limpo sim; mas isso não quer dizer que os alunos não tenham direito a ter aulas por falta de professores.

Então, gostaria que o nosso governador, o governador dos bingos, do pedágio, do leite das crianças, o governador de vários projetos, não se esquecesse das universidades e planejasse, porque é uma vergonha dizermos que um Governo que se diz organizado deixa faltar professores na universidade pública. Isso que eu queria registrar e vou cobrar aqui todos os dias, que os professores sejam colocados em caráter de emergência. E eu convoco os companheiros desta Casa, acho que todo mundo vota aí os 200, 300 cargos para cada universidade em caráter de emergência para não faltar professor, do mesmo jeito que votamos para o Teatro Guaíra, para as danças e para mais algumas coisas lá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, senhores deputados.

Deputado Jocelito, escutei o seu pronunciamento e me somo às suas palavras, porque é uma incompetência total o que acontece na Secretaria da Ciência e Tecnologia e com o ensino superior, no Estado do Paraná.

Em agosto do ano de 2003, foi encaminhado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, ao IPG, o número de professores que tinha necessidade de contratar para poder fazer frente aos novos cursos da Universidade Estadual e, também, pelo número de professores que se aposentaram com a Reforma da Previdência que foi implantada no nosso país. O número de 181 professores foi pedido à Secretaria da Ciência e Tecnologia. Ficou certo que no mês de fevereiro de 2004 seria autorizado o teste seletivo para que pudessem ser contratados os professores para o IPG.

Sabe o que aconteceu? Dois dias antes de abrirem o teste seletivo, veio uma determinação da Secretaria da Ciência e Tecnologia cancelando o teste, estão hoje vários alunos nas universidades estaduais. Eu falo hoje de Ponta Grossa, em movimento, com uma ampla manifestação para tentar acordar o Governo do Estado do Paraná, que esquece do ensino superior do nosso Estado.

Mas, o que me traz aqui é para dar seqüência ao pronunciamento que fiz sobre o bingo. Aos jogos de bingo, as casas de bingo no dia de ontem.

Hoje, saiu uma pesquisa na Folha de São Paulo, que avaliou toda essa situação com relação aos bingos no Brasil. Ficou claro que 81% dos entrevistados exigem, querem que a CPI dos Bingos aconteça, para que se esclareça sobre o envolvimento do chefe da Casa Civil, com o Valdomiro Diniz, nessas denúncias seriíssimas que envolvem dinheiro, que envolvem corrupção dentro do Governo Federal.

Aqui no Paraná, quero dizer a todos vocês, que acontece a mesma coisa. Nós vimos no ano eleitoral, aliados do candidato a governador Roberto Requião, entrarem em uma casa de bingo, para poder discursar aos funcionários, ao mesmo tempo buscar recursos para a campanha eleitoral do governador Roberto Requião. Foram 200 mil reais, destinados aos proprietários dos bingos, para a campanha eleitoral do candidato a governador Roberto Requião.

E mais, as doações foram feitas, hoje o próprio Governo questiona que não existiram essas doações para a sua campanha eleitoral, mas foram feitas porque tem um documento assinado pelo presidente do Sindicato dos Funcionários das Empresas de Bingo, afirmando que eles participaram também da coleta de recursos para destinar o dinheiro à campanha do governador Roberto Requião.

Eu vejo hoje, dentro da Assembléia Legislativa, duas correntes: uma corrente que defende a CPI para

investigar todas as questões relacionadas aos jogos de bingos no Estado do Paraná e, também a doação do dinheiro público para a campanha do governador Roberto Requião e uma outra corrente que não quer investigar a doação dos recursos dos bingos para a campanha do governador Roberto Requião. Investigar sim, só as questões relacionadas às casas de bingo.

Temos que criar a CPI. Só que temos que investigar tudo, tudo aquilo que diz respeito aos bingos.

O que aconteceu em Brasília com o Valdomiro que foi buscar dinheiro para a campanha de candidatos do Partido dos Trabalhadores, aqui no Paraná aconteceu também, foram dois secretários de Estado, na época coordenadores de campanha do governador Roberto Requião, até as casas de bingo buscar o dinheiro para a campanha eleitoral do governador Roberto Requião.

Escuta! Isso não é conversa! Tem um documento assinado pelos representantes das casas de bingo fazendo essa denúncia de que eles colaboraram com a campanha eleitoral do governador Requião. O pior, colaboraram e o dinheiro não foi para a prestação de contas de campanha. Então, se realmente aconteceu, nós queremos investigar tudo sobre o bingo, inclusive isso.

Agora, eu não posso aceitar que uma idéia que tem na Casa, patrocinada pela Bancada que dá sustentação ao governo, é a de investigar só os jogos de bingos e não as doações de campanha que foram feitas e denunciadas por representantes de jogos de bingos na Paraná. Vamos fazer uma CPI ampla para investigar tudo, não vamos tirar o que nós queremos e o que não queremos colocar “embaixo do tapete”. A investigação é importante, precisamos esclarecer aos paranaenses o que aconteceu, também aqui no Paraná, com relação aos jogos de bingo.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o senhor deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Queria, nesta oportunidade, fazer a leitura de uma matéria publicada no dia de hoje na Gazeta do Paraná, página 02, com o título “A Política & Cia”. Eu pediria a atenção dos senhores deputados, porque nesse artigo o jornal Gazeta do Paraná faz acusações muito sérias. Acredito que os senhores deputados que tiveram oportunidade de ler essa matéria sabem do que estou falando.

Vou fazer a leitura, e gostaria de pedir que fosse inserido nos Anais desta Casa, pois passarei às mãos da presidência, da mesma forma que já encaminhei um requerimento à presidência da Casa solicitando que o jornal Gazeta do Paraná diga o nome da pessoa a que se refere esse artigo, porque o nome não é citado.

Passa a ler a matéria, senhores deputados: Título: “O amigo do Valdo”.

“Ontem, na Assembléia Legislativa, corriam boatos de que a Bancada do PT estava tentando obstruir de qualquer jeito a criação de uma CPI para investigar os jogos no Paraná. As alegações eram as mais desencontradas possíveis, assim como estapafúrdias. Dizer que os deputados do Partido dos Trabalhadores são contra a investigação pelo Legislativo Estadual porque têm medo de que um deles caia “na rede” é de uma infantilidade total. A Bancada do PT na Assembléia não tem nenhum motivo para temer qualquer tipo de investigação, pois seus membros, até prova em contrário, são íntegros e agem como se assim fossem.

Contudo, de alguns “companheirinhos” do PT, como o “amigo do Valdo”, que estão encastelados no Governo Estadual, não se pode afirmar a mesma coisa, pois o mesmo costuma, descaradamente e sem medo do Roberto, como ele afirma a quem quiser ouvir, receber em seus gabinete no 4º andar do Palácio Iguaçu, seu comparsa Carlos Augusto Ramos, também conhecido como Carlinhos Cachoeiro, de “pé-de-chinelo” o “amigo do Valdo” virou nobre, pois, embora receba salários de quatro mil reais por mês do governo, veste ternos de mais de dois mil reais a unidade, além de sapatos italianos, gravatas francesas, etc. Isto sem falar nas motocicletas e também nos carros importados com os quais circula, como todo “pé-de-chinelo” e se deslumbra ao mergulhar o “beijo no melaço”, agora passou a ser grande conhecedor de vinhos e adora cavalos de raça. Não pangarés, aliás segundo o próprio, pangarés são seus antigos companheiros os quais hoje sequer reconhece.”

Acho muito grave o artigo veiculado pelo jornal Gazeta do Paraná. Mais grave ainda porque sabemos a linha do jornal, que foi um jornal que sempre defendeu as posições do governador Roberto Requião.

Não posso acreditar que o governador Roberto Requião tenha no 4º andar este “pé-de-chinelo” como se refere a matéria do jornal Gazeta do Paraná.

E, quando diz que aqui na Assembléia circulam esses boatos envolvendo deputado, eu faço este requerimento, senhor presidente, para que a Casa solicite ao jornal Gazeta do Paraná, o nome de quem é esse assessor que é amigo do bicheiro, que distribui benesses como diz aqui.

Era a minha colocação em defesa dos membros desta Casa que não podem ficar esperando que as coisas se esclareçam. Vamos esclarecer. tenho convicção de que ninguém aqui tem medo da verdade. Vamos saber quem é o cidadão que habita uma das salas do Palácio Iguaçu e que gostou, como diz a matéria, deputado Artagão, de “deitar o beijo no melaço”.

Precisamos descobrir quem é esse cidadão, afinal de contas anda de carro importado e de motocicletas potentes.

É o que diz a matéria que peço ser transcrita nos Anais desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, deputada Elza Correia.

A SRA. ELZA CORREIA

Senhor presidente, nobres deputados e deputadas, trabalhadores da educação e da saúde que estão nesta Casa por conta de dois importantes projetos que oportunamente teremos condições de nos manifestarmos sobre eles.

Faço uso rapidamente da tribuna para dizer que hoje as deputadas desta Casa, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti e esta deputada, só não esteve conosco a deputada Arlete Caramês por estar em licença de saúde, almoçamos com o governador do Estado e conversamos com ele sobre a importância de no dia 08 de março, Dia Internacional da Mulher, vamos realizar aqui na Casa um evento e também o evento está sendo programado inclusive com a participação do comitê multipartidário “Mulher do Paraná” e outros partidos políticos, para ser anunciado nesse dia a instalação do nosso conselho no Estado do Paraná, como instrumento de luta fundamental para as mulheres paranaenses.

Também solicitamos ao governador, que acatou plenamente, rapidamente, que no dia, o dia inteiro estivéssemos veiculando na TV educativa, em outros órgãos de comunicação, se possível alguns temas, algumas teses, algumas questões relativas à questão de gênero, à questão das mulheres. Seriam inserções institucionais, debates, discussões, sobre várias questões da saúde, educação, violência contra a mulher, o preconceito, a questão dos nossos pleitos que são muitos ainda não atendidos neste país.

O governador também acatou essa nossa proposta e imediatamente já tomou as providências para que no dia 08 de março, possamos ter um dia inteiro a TV Educativa debatendo a questão de gênero no Paraná.

Isso demonstra uma sensibilidade do Governo Roberto Requião em relação às questões relativas a gênero. Nós temos discutido isso com ele e em todos os momentos temos tido essa resposta, essa sensibilidade.

Em relação ao que hoje vamos discutir sobre o projeto do deputado Luciano Ducci a veiculação à maternidade onde receberá assistência à mãe.

Nós vamos nos manifestar oportunamente nesta questão.

Gostaria apenas de dizer que se faz necessário, urgente, colocarmos que Oposição, no processo democrático, é importante e é fundamental. Posso garantir que, não por vontade própria, mas praticamente a minha vida inteira de luta, infelizmente estive na Oposição. Então, somos defensoras, dentro da construção da Democracia, da Oposição. É saudável, é salutar, é importante, mas vejo nesta Casa, sistematicamente, tentativas de enxovalhar a figura do governador Roberto Requião, de tentar desqualificar o seu Governo de tentar colocar como se nada tivesse sido feito até então, nesses

treze meses de Governo, companheiros, sendo que na verdade nós sabemos o quanto foi feito e o quanto ainda será feito nos anos que virão.

Há uma tentativa de colocar na mesma cova, na vala comum dos desqualificados, daqueles que viraram as costas ao interesse público, daqueles que tentaram vender o Estado do Paraná, o que não é o caso do governador Roberto Requião.

Então, as coisas têm que ser colocadas, mas não podemos ficar inventando argumentos. Agora, por exemplo, foi falado em relação à questão do bingo, tentando colocar que o governador Roberto Requião teria recebido dinheiro dos bingos para sua campanha e que agora não estaria correspondendo às expectativas de quem doou dinheiro. Ora! Convenhamos, isso é brincar com a nossa inteligência, isso é tentar desqualificar a nossa compreensão e dizer que nós, que o povo do Paraná tem apenas dois neurônios - cada paranaense - sendo um deles queimado. Não é possível aceitar algumas coisas que são colocadas aqui!

Acho que a maior resposta em relação a esta questão dos bingos, em que o governador, está claro, não participou da política do “toma-lá-dá-cá”, da troca de favores como é comum neste País e neste Estado do Paraná; não houve troca, não houve negociações, porque o governador Roberto Requião não faz da política um balcão de negócios, diferente de outros governadores que passaram pelo Palácio, diferente de muitos políticos que fazem a política do “toma-lá-dá-cá”, que ascendem uma vela para Deus e outra para o Demônio e trabalham de acordo com suas conveniências. Este não é o método do governador Roberto Requião! E se ele recebeu dinheiro, seja lá de quem foi, durante a campanha eleitoral, nada foi negociado. Está aí a resposta do governador, que bate firme desde que era senador, colocando o que representa e para que servem as casas de bingos neste País. A máfia que está por traz disso, na verdade um corredor desavergonhado, inescrupuloso da lavagem de dinheiro e todos nós sabemos disso.

Então o governador, antes do presidente da República, antes de qualquer político neste País levantar a voz e denunciar o que representam os bingos neste País, está aí o senhor Iussef preso, que certamente “abrirá o bico” logo em relação a muita gente, mas antes de qualquer um, o governador Roberto Requião, de forma corajosa, de forma firme e de forma contundente colocou o que representavam os bingos no Paraná e no Brasil e o governo Lula, em seguida, também tomou a sua posição. Então, será vã a tentativa de desqualificar o governador em relação a esta questão, será vã a tentativa de colocar o governador Roberto Requião na vala dos corruptos, na vala daqueles que não têm compromisso com o Estado do Paraná. Coloco esta manifestação, porque tudo tem limites. Acho que ser Oposição é importante, mas nós não podemos jogar com inverdades.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Antes de anunciar o orador do Grande Expediente, gostaria de solicitar ao deputado Fernando Ribas Carli que encaminhasse requerimento à Mesa, solicitando a transcrição da matéria solicitada, já que durante a pronúncia de V. Exa., quando leu a matéria, automaticamente está registrado nos Anais da Casa. Mas se V. Exa. pretende a transcrição na íntegra, por favor encaminhar requerimento à Mesa.

No Grande Expediente, com a palavra do deputado Durval Amaral, por trinta minutos.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, senhores deputados, senhores profissionais, senhoras da área da saúde.

Ouvi atentamente o brilhante pronunciamento da deputada Elza e fiz uma rápida reflexão sobre a atuação da liderança da Oposição, sobre a nossa atuação, inclusive como Oposição nesta Casa.

Eu, que, diferentemente da deputada Elza, por alguns mandatos estive sempre ligado à base do governo e defendendo com convicção as posições do governo inclusive em governos anteriores, em governos passados. Apreendi com a Oposição de então, que o respeito deve ser cultuado a todo o momento. O respeito ao governador - porque ele foi eleito, tem mandato e merece ser respeitado, enquanto governador. Mas que nós parlamentares, nós também deputados temos o mesmo direito de sermos respeitados pelo governador. Na minha reflexão, deputado Valdir Rossoni, não me lembro de nenhum momento, desta tribuna ou fora dela, sequer perante a imprensa do Paraná, ter tentado enxovalhar a imagem ou o nome do governador. Tenho certeza que a deputada Elza não se referia a mim nesse momento. Claro, que o governo precisa ser criticado, sim, porque o Paraná parou, está estagnado. Os prejuízos, que têm sido causados ao Estado por esse governo que aí está, são incommensuráveis.

Eu me referia, a semana passada, sobre um projeto nosso que pretendia, que a Procuradoria Geral do Estado entrasse com ação regressiva, contra todos os ex-governadores e ex-secretários de Estado, que por ação, culpa ou dolo viessem causar prejuízos ao Estado. Que o procurador-geral do Estado entrasse com ação regressiva, no prazo máximo de 90 dias. O governo da moralidade e da transparência, simplesmente, vetou o meu projeto. Por quê? Porque é muito oportunismo, em uma só pessoa, mandar o MST invadir as praças de pedágio e quebrá-las todas ou simplesmente anunciar que no Paraná os transgênicos não poderão ser produzidos e nem tão pouco exportados.

O nosso agricultor lá na ponta, aquele que compra os insumos, que depende da importação ou da exportação do porto, pagam um preço muitas vezes mais caro. A nossa soja, quando é exportada, já não encontra mais as mesmas condições de outrora, para serem exportadas, porque o preço da soja exportada, pelo Porto de Paranaguá, é menor do que o preço da soja exportada,

pelo Porto de Santos, pelo Porto do Rio Grande do Sul ou pelo Porto de Santa Catarina. Por quê? Por uma maluquice do governo do Estado do Paraná.

Temos que deixar muito claro que as invasões de terras, quando existe uma ação de reintegração de posse e o governo do Estado não a cumpre, o proprietário rural entra com ação indenizatória contra o governo do Estado e o governo do Estado é obrigado a indenizar. mas por que é que o governador ou governo, que age em interesse da sociedade paranaense, não tem a mesma coragem de dizer: Eu respondo com o meu patrimônio, pelos prejuízos que eu vier a causar ao Estado do Paraná. São esses prejuízos, que nós da Oposição, estamos denunciando. Podemos chegar a uma conclusão, infelizmente, que o País, graças a Deus, teve no momento eleitoral do ano retrasado a oportunidade de eleger um presidente novo, Luiz Inácio Lula da Silva. Foi um sonho, uma luta de 20 anos do Partido dos Trabalhadores, que conseguiu com amplo apelo e movimentação popular, eleger o presidente Lula.

Tivemos uma trégua, um ano ao PT, janeiro e fevereiro, infelizmente para muitos o Brasil só começa após o carnaval “e agora José, e agora Maria”, após o carnaval qual é o balanço que a sociedade brasileira faz do Governo Lula?

Nós não podemos, em hipótese alguma deixar de registrar após esse carnaval a decepção que todos nós brasileiros tivemos com o governo do PT e com o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva! A queda de 0,2% do produto interno bruto, do PIB, no ano passado, é um desastre para o Brasil! Muito maior ainda para quem acreditou no discurso da esperança! O presidente Luiz Inácio Lula da Silva com certeza é até uma pessoa que merece todo nosso respeito, é uma pessoa bem intencionada que gostaria de acertar, de construir coisas boas e coisas novas para o Brasil mas neste primeiro ano do governo do PT é vergonhoso repetir aqui, neste momento, a crítica, que não é o deputado Durval Amaral que faz, mas o grande jornalista Jânio de Freitas, no último domingo, no jornal Folha de São Paulo quando ele diz que o desemprego de 11,7% apurado em janeiro, segundo o IBGE e que é a maior taxa de desemprego da história do Brasil! É um desastre para a presidente Lula que se elegeu prometendo criar 10 milhões de empregos em 4 anos e isto, infelizmente, não acontece e não tem perspectiva de acontecer!

O que o presidente conseguiu ao final do primeiro ano, no Palácio do Planalto, onde fica quando não está viajando por este mundo afora, foi criar mais de 600 mil desempregados, sem contar obviamente aí, nobre deputado, os 320 mil desempregados no Brasil como um todo.

Concedo um aparte ao meu respeitável e dileto amigo, André Vargas.

O Sr. André Vargas

Senhor presidente, o deputado Durval Amaral é do PFL e teve juntamente com o governo do PSDB, oportu-

nidade de governar este País. Esse é um debate importante, um debate que deve ser feito, inclusive, no Grande Expediente. Nós, para dialogarmos, é claro, talvez este não seja o único aparte, não quero naturalmente obstruir a sua linha de raciocínio, até porque entendo que compete ao PFL e ao PSDB fazer oposição ao nosso Governo, isso é perfeitamente legítimo, é da democracia. É salutar para o processo democrático porque o que seria de um governo de um país que não tem oposição? É de se estranhar porque talvez não tenha nem governo. Só governos que têm projetos é que têm oposição porque é um outro projeto. O governo de FHC teve o PT a oposição, oposição que fazia sim, os seus apontamentos, as suas denúncias, isso de forma dialética e permanente.

É bom que frisemos algumas questões, meu companheiro Durval Amaral do PFL, o risco Brasil que o governo Lula herdou era em torno de 2.400 pontos, o dólar que o Lula herdou para administrar chegou a 4 reais à época da eleição mas era 3,60. Nós tínhamos um processo inflacionário em curso, naturalmente no primeiro ano do Governo Lula houve necessidade de sofreamos um processo que poderia levar o País à bancarrota. Medidas tomadas, medidas, no meu entendimento adequadas, talvez amargas.

E tomar medidas amargas num Governo é salutar, é inteligente e corajoso. Criamos um patamar de uma nova base para o desenvolvimento do País. Sem dúvida nenhuma comparar um ano e um mês do Governo Lula com 10 anos de Governo FHC talvez não seja o mais adequado. O importante, companheiro e deputado Durval Amaral, é que tenhamos um debate nesse paradigma. O paradigma de qual é o projeto de Nação, qual é o projeto que poderemos construir a partir de agora. Esse é um primeiro diálogo, é um primeiro debate.

Vale dizer que no primeiro ano do Governo Lula foi feita a reforma tributária, a reforma previdenciária, medidas amargas também, medidas duras. Mas que haveriam de ser tomadas para que o Brasil pudesse entrar nos trilhos. Hoje de manhã no jornal Bom Dia Brasil, o Palocci fez uma ponderação no sentido de que no primeiro ano tendo cuidado da macroeconomia, que pudéssemos agora cuidar da microeconomia, que é a geração de emprego e as questões pontuais. Volto a dizer: reconheço no PFL e no PSDB uma Oposição que deve ser feita. Mas o diálogo tem que ser feito no patamar da boa política, como estamos fazendo.

O SR. DURVAL AMARAL

Agradeço o aparte do deputado André Vargas, a quem admiro e respeito em demasia. E tenho certeza que o PFL e o PSDB nessa nova postura que adota em termos de Congresso Nacional e da Assembléia Legislativa, segue ainda muito distante da postura combativa, competente e eficiente que o PT teve ao logo de 20 anos na história do Brasil e que por isso mesmo chegou ao Poder de uma maneira eficiente e competente. O PT sempre foi extremamente competente na Oposição, aliás o povo

brasileiro já sente falta do PT na Oposição. Porque o Partido, efetivamente, foi muito mais competente como Oposição do que como Situação para gerir o Brasil.

O Sr. Valdir Rossoni

Ouvi o aparte do deputado André Vargas, e como é difícil você ouvir o presidente do PT do Paraná, tendo que dar voltas e rodeios para tentar justificar o injustificável, quando ele diz que o PFL e o PSDB têm que ser Oposição mesmo. Estou vivendo certamente num outro País, não estou vivendo no Brasil, porque no final de semana li nos principais jornais: Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, revista Época, Veja, Isto É, dizendo o seguinte: que Antônio Carlos Magalhães está ajudando Lula a superar a crise e de que um dos principais... diz aqui o deputado Stica, que é da ala boa do PFL. Não posso fazer essa análise, porque sou do PSDB. Como é difícil para um petista ter que ouvir que o presidente Lula defende que o Sr. José Sarney seja presidente do PMDB para ajudá-lo a governar este País.

Ora, quem lembra da história do passado, da inflação de 80% e agora quem está governando o País junto com o Lula é o Antônio Carlos Magalhães, que é a parte boa do PFL, segundo o líder Stica, e José Sarney, se alguém lembra do grande presidente que foi o campeão da inflação. Bom, aí tem um grande resultado: o campeão da inflação com o campeão do desemprego e o Brasil andando para trás. A seis meses atrás vi o presidente Lula, naturalmente enganado pelos seus ministros, dizer que o espetáculo do crescimento iria começar. E o espetáculo do crescimento, pasmem os senhores, a hora que explode o problema do Valdomiro, nós que ao invés de crescermos andamos para trás 0,2%. Mas quero anunciar a V. Exa., deputado Durval Amaral, que temos que estar atentos ao Senado da República, hoje, porque ontem subiu à tribuna do Senado da República o senador, se não me falha a memória é o Almeida, ele disse o seguinte: hoje apresentaria ao Brasil um documento aonde comprovaria a ligação entre o Zé Dirceu e o Valdomiro.

Então, temos que estar atentos à TV Senado, porque hoje virá essa revelação que vai desmascarar toda esta agonia que vive o PT, em não querer CPI. Quem diria! De quem falava tanto em CPI, agora está se encolhendo de medo de CPI. Isto é importante ser revelado.

No dia do seu aniversário, deputado André Vargas, quero prestar minha homenagem e dizer que tenho admiração muito grande à sua pessoa. Sei do grande político, por ser presidente de um grande Partido no Estado do Paraná, mas ver o PT fazendo rodeios e se “encolhendo”, por não poder ver a verdade e se abraçando com Sarney e com Antônio Carlos Magalhães, abraçando-se com essas pessoas, eu já não sei se o Lula é da direita, da esquerda ou é de mentira.

O SR. DURVAL AMARAL

Agradeço ao deputado Valdir Rossoni.

O balanço que a sociedade brasileira faz do primeiro ano de governo do PT é que este Governo só se salva no marketing. Inclusive no marketing pessoal e no carisma pessoal do presidente Luís Inácio Lula da Silva, porque realmente o marketing do Lula está sendo muito bem produzido, muito bem feito. Até porque é necessária realmente, muita conversa fiada para encobrir tantas incompetências que estamos assistindo no Brasil. Ao invés da Fome Zero, estamos vendo que o Governo do PT está servindo ao Brasil o Emprego Zero e o Produto Interno Bruto Zero. O resultado econômico do primeiro ano do presidente Lula só não foi pior do que a redução de meio por cento do PIB em 1992, ano do impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello.

Portanto, senhores, o Governo do PT - é até com mágoa no coração que digo isto, porque como brasileiro, apesar de não ter votado no Lula, eu tinha uma esperança de que ele pudesse acalantar os sonhos de todos nós, brasileiros, resolvendo os problemas deste País. Mas, com toda certeza isto não tem acontecido. Os escândalos que se repetem, como o caso do escândalo Waldomiro Diniz, tira a máscara de quem sempre acusou os adversários e esconde a própria face, tenta esconder a própria face.

Creio que este episódio marca o fim da “lua de mel” do governo do presidente com o povo brasileiro, que acreditava, efetivamente, na esperança. E continua querendo um País melhor e que, infelizmente, o cumprimento das promessas políticas não se realizaram ao longo desses primeiros meses de Governo.

Concedo aparte ao deputado André Vargas e depois ao deputado Natálio Stica.

O Sr. André Vargas

Deputado Durval Amaral, naturalmente o deputado Rossoni, ao fazer a avaliação, acaba resvalando pelo debate sobre este episódio que está sendo devidamente apurado pela Polícia Federal e pelo Ministério Público.

Sobre política econômica, haveremos de ter mais tempo. Mas, é bom lembrar qual era e qual foi o resultado dos dez anos de FHC governando este País. Não houve nenhum governo que tenha vendido ou entregue o patrimônio público mais na história do Brasil, mesmo na época da monarquia, entregue à iniciativa privada, que o governo do Fernando Henrique, apoiado pelo PSDB e pelo PFL, e por demais Partidos. Era a política econômica do neoliberalismo, mudar essa conjuntura e essa lógica perversa que se implantava no País, por mais que seja histórica e tenha acontecido em outros lugares, em outros países, e o Governo Lula é um governo que veio para mudar, precisava criar as condições macroeconômicas para que as mudanças acontecessem. E o resultado da inflação, do PIB de um ano não se refere apenas à política econômica implantada naquele mesmo ano; é claro que aqui não fala um economista; nós fazemos um debate político sobre quais seriam os rumos do País.

E a pergunta sobre a questão econômica que resta é: quais seriam as medidas que o Governo Lula haveria de ter tomado para soffrear o processo inflacionário calçado no ano de 2002, especialmente num momento de especulação eleitoral? Qual seria o dólar ideal para a nossa economia funcionar? 3,60, ou os 2,90 que aí está, apesar dessa crise pontual do caso do Waldomiro, qual seria o risco Brasil? Seria o do FHC que nos legou os 2500 pontos? Essa é a reflexão, porque a política tem que ter base real, não podemos especular sem desconhecer as razões históricas das mazelas que atingem o Brasil.

Por isso, para focar na questão macroeconômica, porque se me for permitido, não sei se o deputado Elton Carlos Welter vai fazer uso, mas gostaria também de ponderar sobre essa questão, a questão da ética, também comparativamente à ética implementada no governo anterior, ou a ética ideal. Portanto, sobre a questão econômica, é bom refletir qual é o desemprego legado pelo governo FHC, quais eram as condições macroeconômicas e quais são as condições a serem apontadas e cons-truídas pelo nosso País. Esse é o verdadeiro debate, a nossa classe política, pelo menos majoritariamente, a mídia, a sociedade brasileira precisa amadurecer, esses são os assuntos que nós precisamos debater, nós construímos e teremos que construir um País novo; não mediocrizando a pauta sobre um caso de um homem do segundo escalão que foi flagrado numa irregularidade que está sendo punido, afastado, investigado e certamente haverá punição; e quais são as bases de desenvolvimento deste País, deste Estado, do Estado também, porque aqui nós precisamos debater mais segurança pública, mais educação superior, educação pública e saúde pública. Portanto, senhor deputado, com todo respeito que V. Exa. merece, esse é o conteúdo do verdadeiro debate Nacional.

Portanto, nós não podemos fugir.

O SR. DURVAL AMARAL

Agradeço o aparte, até a compreensão do deputado André porque o meu tempo já se expira, e eu acho que o deputado André, com a sua lucidez, dá até um novo direcionamento ao meu pronunciamento. Eu até gostaria de me prolongar mais nas questões pontuais a nível federal, mas eu tenho certeza que o PT, a nível Nacional, não vai se furtar a realizar a CPI do caso Waldomiro, e que essa transparência tão desejada por toda a sociedade brasileira, que inclusive levou o PT a administrar este País, encontrará o respaldo necessário para que a CPI possa acontecer a nível do Congresso Nacional. Mas, aproveitando a idéia do deputado André Vargas, quero refletir um pouco também sobre o governo do Paraná, o governo que aí está, porque se a economia do Brasil não vai tão bem assim, infelizmente as ações na área da economia do nosso Governo, do Governo do Paraná, deixaram muito a desejar.

Vejamos então; o PIB do Paraná cresceu 3,1% no ano passado, mas ficou bem abaixo do PIB do Rio Grande do Sul, aonde o crescimento chegou a 4,7%. A

exemplo do que acontece com o PT no plano federal, aqui também tem muito marketing e pouco resultado prático. Agora mesmo, enquanto o Governo quer fechar o Porto de Paranaguá para a exportação de soja transgênica, o vizinho, o Estado de Santa Catarina acerta com o Governo da China para fazer os embarques pelo Porto de São Francisco do Sul.

Nós fechamos os empregos, nós fechamos as oportunidades para que a soja transgênica possa ser exportada pelo porto de Paranaguá, mas o Estado de Santa Catarina com competência vai e busca a soja transgênica para gerar divisas, gerar renda para aquele Estado.

Os acordos dos catarinenses com a China desmontar mais uma farsa que se tenta vender aos paranaenses. essa conversa com o Governo do Estado, de que a China não compraria soja transgênica é pura balela. Não só compra como também está buscando um porto alternativo para não se submeter à ditadura do Governo Estadual.

Nessa história tem alguém que está tentando enganar o povo paranaense, o agricultor paranaense e, com toda a certeza nós cidadãos sabemos, que quando se fala da transgenia o Governo tenta enganar a sociedade paranaense.

Nesse final de semana deputado Zucchi, em Foz do Iguaçu o ministro da Agricultura declarou que o Paraná não será declarado área livre dos transgênicos, como proclama o Governo do Estado. Não será por uma razão muito simples, o ministro garante que pelo menos 600 produtores de soja do Paraná, assinaram um termo de compromisso e ajuste para plantar a soja transgênica.

Se o resultado do PIB não é essa maravilha toda, o que dizer então do desemprego no nosso Estado. Pois a taxa de desemprego aumentou na Região Metropolitana de Curitiba segundo pesquisa do Iapar.

Em dezembro de 2002, a taxa era de 6,4%.

E, dezembro de 2003, ao final do primeiro ano do Governo a taxa foi de 6,5%, mas chegou a bater um recorde de 10,3%, em julho do ano passado.

É esse retrato que precisa sensibilizar os ouvidos do presidente e do Governo do Estado do Paraná. Essa é a realidade que precisa ser enfrentada já, com coragem, com compromisso público. O povo não quer continuar a viver de promessas não cumpridas e de esperanças frustradas.

O presidente da República e o Governo do Estado do Paraná podem descer do palanque eleitoral e assumir as suas responsabilidades, senão fizerem isso os resultados de 2004 serão ainda piores do que os números de 2003 e assim sucessivamente. A cada ano será maior a frustração do povo brasileiro e do povo do Paraná, com os seus governantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Horário das Lideranças. PSB, com a palavra o deputado Luciano Ducci.

O SR. DOUTOR LUCIANO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Uso o horário da Liderança do PSDB de uma forma especial para cumprimentar os profissionais de saúde que estão aqui presentes, os representantes dos conselhos locais de saúde, do Conselho Municipal de Saúde, da ABEM - Associação Brasileira de Enfermagem, do Comitê Multipartidário de Mulheres do Paraná que é composto por diversos partidos que compõem o comitê.

Quero falar um pouco tanto do projeto que hoje está em discussão, mas de uma forma inicial neste momento, agradecer a todos vocês pelo empenho, pela luta que nesses últimos cinco anos, de uma forma especial vem fazendo desde a implantação do Programa Mãe Curitibana. Programa que foi implantado há cinco anos, agora no dia 8 de março completa cinco anos, no Dia Internacional da Mulher, um projeto que garante que toda mulher de Curitiba tenha direito a saber onde vai ganhar o seu nenê desde a primeira consulta. E como vocês sabem vai muito além só da vinculação. É um projeto que garante os exames de HIV de rotina, que garante todo um pré-natal de graça, principalmente para as mulheres mais pobres.

É também um projeto, um programa que hoje tem resultados que são reconhecidos a nível nacional e internacional. Resultados, como a redução da mortalidade infantil de Curitiba. Uma mortalidade infantil que estava acima de dezesseis óbitos para cada mil nascidas vivas e hoje nós estamos abaixo de 12. Fechamos 202 com 11,8 óbitos para cada mil nascidos vivos. Fizemos um avanço muito grande na dimensão da mortalidade materna em Curitiba, com o Mãe Curitibana, descendo já dos 70 óbitos, do indicador dos 70 para cada 100 mil gestantes, descemos hoje para em torno de 20. Um indicador de 20 para 100 mil.

Também a esperança de vida nesse período, com a melhoria desses indicadores melhorou de forma significativa. E para mim além da vinculação, a diminuição de transmissão vertical do vírus HIV nas crianças de Curitiba é o que mais vale acho que dentro do Programa "Mãe Curitibana". Porque nós diminuímos o indicador que hoje é reconhecido pelo Organização Mundial de Saúde como melhor programa na redução da transmissão vertical do vírus HIV. Fazendo inclusive que a Prefeitura de Curitiba fosse representar o Brasil já na França, fosse representar em Genebra, nas questões que envolve como se faz realmente para se reduzir a transmissão vertical.

Essa possibilidade de estar fazendo essa experiência a nível internacional, possibilitou que a cidade de Curitiba hoje se transforme na referência da América do Sul com o campo de treinamento aqui em Curitiba, de como você organiza um sistema de saúde, um atendimento à gestante buscando a redução, a transmissão vertical do vírus HIV. Acho que só o número de crianças que são mais de duzentas, trezentas crianças que conseguimos evitar nesse período de cinco anos que tivessem o

vírus HIV, por todo o trabalho que é feito, desde a gestação identificando a gestante, fazendo com que se faça o tratamento durante a gestação com o coquetel para essa gestante, fazendo com que a criança quando nasce já saiba o medicamento contra o vírus HIV que fez com que houvesse essa redução.

Então, por isso quero agradecer a todos os profissionais de saúde. E agradecer aos comitês locais de defesa da vida. Os comitês locais que têm feito um papel extraordinário, principalmente com as crianças e com as gestantes de risco, risco social, aquelas pessoas que precisam se alimentar, que vivem em sub-habitação, essas pessoas têm tido apoio diário desse grupo de voluntários, dos comitês locais em defesa da vida, que hoje é composto por mais de 1500 pessoas na cidade...

(É retirado o som)

Então, a todos vocês que compõem esse grupo formidável da área de saúde, dos movimentos sociais, dos conselhos locais de saúde, do Conselho Municipal, das entidades da área de saúde, parabéns por esse trabalho que vocês fazem no dia-a-dia em favor da área de saúde, em favor das pessoas que mais precisam.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Queremos agradecer a presença dos profissionais da área de saúde que aqui estão. Parabenizar também o deputado Luciano Ducci pelo seu trabalho em defesa da Saúde Pública do Estado do Paraná.

Consulta a Liderança do PTB.

(Declina)

Consulta as Lideranças do PP, PFL, PSDB.

Com a palavra o deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Subimos à tribuna hoje, e o objeto do nosso pronunciamento, senhor presidente, seria novamente o que eu questionei na Mesa, ontem. E o líder do Governo subiu à tribuna e disse que eu teria as informações no dia de hoje. Estou há noventa dias com o requerimento aprovado nesta Casa, pedindo informações sobre recursos públicos, que foram distribuídos para rádios na capital do Estado.

Pasmem os senhores! Algumas centenas de rádios receberam três mil reais e duas rádios em torno de meio milhão de reais. Duas rádios lá do fundo do baú. Acredito que não pega lá do outro lado da rua. E venho cobrando do ex-líder do Governo Ângelo Vanhoni. Cobrei ontem do deputado Natálio Stica, atual líder ou que vai assumir a liderança. É não vejo essa explicação. Segundo me consta, ouvi aqui nesta Casa que o governador Requião teria baixado um decreto que em cinco dias prestaria todas as informações aos parlamentares.

(Vozes paralelas)

Aplaudimos a atitude do governador. Mas acredito que chegou a hora do governador demitir o secretário da Comunicação, porque ele não está respeitando o governador, não está respeitando a Constituição. E temos que fazer com que esta Casa seja respeitada.

A outra questão é que aconteceu hoje aqui um fato que tem que ficar registrado, deputado Durval Amaral. As palavras ditas aqui, vou pedir as notas taquigráficas, as palavras ditas aqui pelo atual líder do Governo, deputado Natálio Stica do PT.

Quando fiz meu aparte a V. Exa. deputado Durval Amaral, falei que quem estava ajudando a governar o Brasil era o José Sarney, e o Antônio Carlos Magalhães não fui eu quem disse, foi a Folha de São Paulo, foi a Isto É, foi a Época, foi a Veja.

Pasmem os senhores! Atrás de mim havia uma voz, não era de um fantasma. Era sim, da grande Liderança do deputado Natálio Stica, que disse - “de que a parte boa do PFL estava ajudando a governar esse país”. O senhores que merecem todo o meu respeito do PFL, eu não sei qual é a classificação que o deputado Natálio Stica está dando a V. Exas. Mas espero que não seja a mesma que foi dada ao Antônio Carlos Magalhães. Que é a parte boa. E, certamente, virá aqui no Paraná, agora, no mês de outubro ajudar o deputado Natálio Stica, o candidato a Prefeito Ângelo Vanhoni, junto com Sarnei, junto com Antonio Carlos Magalhães a vencer as eleições.

É este o país que o povo brasileiro estava esperando? Não é. O que temo é a frustração da população. Nós estamos sendo governados por um governador que, primeiro não quer aplicar a quantidade de recursos que é exigido por lei, na Constituição para saúde, quando nós vemos os graves problemas de saúde, deputado que ora me antecedeu aqui. Um governador que prometeu resolver o problema do pedágio, um governador que prometeu leite na casa de cada pobre no Paraná e daí sai em comitiva distribuindo cinquenta, sessenta, quatrocentos litros em cidade de cinquenta mil habitantes e faz uma cerimônia com dois helicópteros.

A minha cidade de União da Vitória foi atingida, na última semana, por uma catástrofe. Pedras de gelo destruíram a cidade e lá foi, novamente, a frota de helicópteros do governo. Quero dizer aos senhores que o governo chegou lá e deu trinta mil chapas de Eternit, quando uma cidade que ficou destruída ganhou cento e cinquenta mil reais! É esse o respeito que o governador dedica a minha querida cidade de União da Vitória e a nossa região sul. Quero deixar aqui o meu protesto pelo descaso com que o governador tratou essa questão em União da Vitória.

Se fosse qualquer outro governo, certamente, primeiro, nem desceria no aeroporto quando chegou de Paris, iria direto a União da Vitória como forma de respeito e depois, se for para levar migalhas já estamos pobres e preferimos continuar como estamos.

Deputado Natálio Stica, pode ter certeza que Antônio Carlos Magalhães estará do seu lado na campanha para prefeito.

O SR. NATÁLIO STICA

Pela ordem, senhor presidente, artigo 104.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Qual é o artigo 104, deputado Stica?

O SR. NATÁLIO STICA

É citação, é rápido, um minuto só.

(**Assentimento**)

Só para dizer que quando falei que a parte boa do PFL está ajudando o Governo Lula, eu falei da parte boa do PFL em nível nacional, em hipóteses nenhuma eu citei a Bancada Estadual, da qual tenho o maior apreço e, tenho certeza, que também tem aqui a parte boa do PFL que vai ajudar o governador Requião a governar o Paraná.

Quero aproveitar para responder ao deputado Valdir Rossoni de que aqui está a informação recebida no dia 27 de fevereiro e que depois eu vou ler na tribuna para não usar este horário de agora.

Quanto a União da Vitória, sua região, que foi assolada por um temporal de granizo, o que lamentamos, quero dizer que o governador em exercício, Orlando Pessuti, acompanhado do deputado Anibelli, esteve no sábado (eu os acompanhei até a cidade da Lapa e de lá eu segui para o noroeste do Estado) em União da Vitória, onde, prontamente, o governador Pessuti atendeu aquela calamidade pública que, infelizmente, assolou a região de União da Vitória.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI

Pela Ordem, presidente.

(**Assentimento**)

Não cabia o aparte ao deputado Stica, mas quero dizer que é verdade que lá esteve o governador e os deputados, mas também é verdade que o que foi oferecido a União da Vitória, pelo tamanho do problema, é insignificante. Isso que é importante ser dito.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Consulto à Liderança do PDT se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO

Senhor presidente, senhoras deputadas e senhores deputados:

Subo a tribuna nesta tarde, para demonstrar o espanto que os jornais de circulação nacional estão mostrando, hoje, em relação a uma pesquisa encomendada pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público e do Poder Judiciário sobre a descrença da popu-

lação brasileira em relação ao Poder Judiciário, ao Poder Legislativo e ao Poder Executivo.

Pasmem, senhora e senhores deputados presentes nesta tarde de hoje, demais companheiros que aqui se encontram. A polícia que é tão execrada, que é tão criticada pela população e até por algumas instituições, tem hoje perante a opinião pública um conceito mais positivo do que o Poder Judiciário. Isso é muito preocupante. A polícia hoje tem uma condição de aprovação junto à população, mais positiva do que o legislativo, o executivo, o judiciário e outros importantes instrumentos da democracia nacional.

Está aqui nos jornais inclusive que a última colocação dentre a preferência da população é do legislativo que tem 43% de avaliação negativa.

Isso realmente é desalentador. E subimos a esta tribuna justamente para demonstrar a nossa preocupação em relação a esse caso. Gostaria, inclusive, de colocar que as três organizações sociais em que a população mais confia são nessa ordem: a igreja, as forças armadas e a imprensa.

E o resultado dessa pesquisa, de um instituto que está acima de qualquer suspeita que é o Ibope, demonstra nada mais nada menos, do que a falência do Estado brasileiro. Porque quando o cidadão se torna descrente das instituições que compõem o Estado, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, e passa a crer mais na igreja ou na marinha ou na aeronáutica e no exército, são sintomas de que o povo deixou de acreditar totalmente na democracia como forma de evolução social e econômica. Como forma de garantia das individualidades e da liberdade do cidadão.

Quando o povo passa a depositar as suas esperanças naqueles que possam se apresentar como “salvadores da pátria”, nós abrimos um espaço perigoso para que um déspota qualquer ou um líder messiânico possa se aproveitar dessa situação e consiga se impor pela força das armas. E aí, senhores deputados, senhoras deputadas, demais membros que se fazem presentes nesta Assembléia Legislativa, que mora o perigo, deputado Valdir Rossoni.

Por isso, eu como um deputado que está iniciando o trabalho neste legislativo, exorto a todos aqui, suscitando até mesmo um debate para que vossas senhorias dêem a atenção devida a essa pesquisa que estava lá escondida numa página, dentro de um jornal, e que teve a repercussão realmente que merece. Mas, que subo a esta tribuna justamente para conclamar a todos que aqui estão porque nós somos membros do Poder Legislativo que é o único e verdadeiramente popular, porque somos eleitos através do voto universal. E não é possível que o legislativo seja o pior poder avaliado pela população nacional.

Cabe a cada um de nós que estamos ouvindo e tivemos conhecimento dessa pesquisa, não façamos ouvidos moucos e possamos verdadeiramente contribuir da nossa maneira, fazendo a nossa parte, já que precisamos de uma ação ativa e concreta para resgatar definitivamente a credibilidade das nossas instituições, sob pena de

colocar em risco a democracia, como aconteceu recentemente em alguns países.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Horário da Liderança do PT, com a palavra o deputado Elton Welter.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados:

Na qualidade de Líder da Bancada, não poderia deixar de dar resposta, se não me falha a memória, ao Durval Amaral ou ao Rossoni. Podem dormir tranqüilos, porque o senador Almeida Lima fez um estardalhaço anunciando no Senado que tinha como provar o envolvimento do Dirceu com o ex-assessor do Palácio. Já era público, tirou um fato de um relatório que já tramitava na Polícia Federal. Foi um vexame a sua posição lá no Senado na tarde do dia de hoje!

Senhor presidente, o País, uma economia estável sustentada, ela não se alavanca de um ano para outro. O governo Fernando Henrique sucateou as instituições públicas deste País, privatizou os setores estratégicos e o governo Lula tem problemas na área da infra-estrutura, em função da omissão do governo federal do passado.

Em 2001 quase deu um colapso na energia elétrica, porque faltou investimento e agora corremos atrás do prejuízo. As rodovias federais do País estão sucateadas e se o Brasil quiser aumentar a produção de grãos, que tem um potencial fantástico, não tem corredor de exportação e o governo Lula tem um projeto nacional para estruturar o transporte rodoviário, ferroviário e também hidroviário em alguns setores.

Existe, sim, um plano de desenvolvimento sustentável, há uma estabilidade garantida e não é um caso pequeno como esse do Waldomiro Diniz que nós vamos para o governo, bloquear o governo. Há uma sustentação sólida no Congresso Nacional, há uma vontade muito grande, uma vontade política costurada não só com o País em desenvolvimento que é o Brasil, mas com mais outros dezenove Países. Então, existe, sim, uma atuação política muito determinada, com o aval de muitos partidos políticos, inclusive de alguns Senadores considerados de Oposição e que votam junto com o governo.

O governo federal conseguiu, no ano passado, aprovar as reformas possíveis e os reflexos da reforma tributária e previdenciária se darão já no médio e longo prazo. Os sinais do crescimento no segundo semestre do ano passado, de acordo com o ministro Palocci, no dia de hoje dão sinais visíveis que realmente a economia vai crescer e há uma vontade muito grande. O que se quer, é desestabilizar o governo em função de um pequeno fato que a Polícia Federal está apurando, que o Ministério Público está apurando e se faz todo um carnaval em cima disso. Mas há, sim, uma diretriz agora muito clara no governo federal.

E aqui no Estado do Paraná, senhores, convenhamos! A questão da imprensa é uma vergonha! Aqui nem passava pedido de informação; sou novato na Casa, mas se pedia requerimentos e não se votava. É até vergonhoso alguns questionamentos aqui e os gastos, hoje, e segundo informações do secretário Pissete são critérios técnicos, de acordo com a circulação que atinge mais pessoas, tanto no rádio, na televisão, como nos jornais.

Então minha gente, o que está se fazendo é um cavalo de batalha de governos que combatem a corrupção, sim, e um fato pequeno quer-se transformar em uma tempestade muito grande e o governo federal e o governo estadual buscam alternativas para melhorar a situação dos brasileiros e do Paraná. Está muito claro que quando nós falamos da economia brasileira, sempre se pensa no excluído. Está provado que os programas sociais do governo dão direção para a questão dos excluídos. Lá em Ponta Grossa, por exemplo, as UTI's neonatais que lá saíram; isso foi uma decisão política do governo federal, do Ministério da Saúde junto com o governo estadual. Nós diminuimos o déficit das UTI's neonatais, em função de uma política de saúde que já existe e isso significa melhor atendimento na saúde pública dos paranaenses e, por extensão, dos brasileiros.

Então, existe, sim, uma disposição muito grande em políticas sociais. O próprio programa Bolsa-Família, que agregou todos os programas sociais, dará uma dimensão em médio e longo prazo, diminuindo a fome com toda a certeza. O programa Fome Zero está integrado com uma infinidade de políticas públicas. A sociedade às vezes não compreende, mas muitos prefeitos conduzem esse processo com eficácia, eficiência. Vamos diminuir a pobreza. O Brasil vai crescer. Com certeza, os avanços sociais serão grandes. O Brasil terá notoriedade internacional como já tem. Existe esse prestígio no governo do Lula. A sociedade acredita no governo Lula e, aqui, no Estado, no governo Requião.

Com relação aos transgênicos, a nossa posição está clara, o Estado paranaense vai ser livre de transgênicos. Há a posição clara do governo, do presidente Lula e do ministro José Dirceu. Se o Estado do Paraná quiser ser livre, vai ser livre. O Estado do Paraná não abrirá mão dessa discussão, porque é uma questão estratégica, inclusive, para ganhos em médio e longo prazo. Estamos convencidos desta tese.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

PMDB.

(**Declina**)

Liderança da Oposição. Com a palavra, o deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados, prezados paranaenses que nos dão a honra e o prazer da visita na Sessão de hoje.

Eu não iria fazer uso desse horário, mas diante de algumas colocações levantadas por alguns parlamentares, na Sessão de hoje, entendi por bem, deputado Valdir Rossoni, de fazer algumas considerações, para que não fique dúvida nenhuma deputado Luciano Ducci, V. Exa. que é um profundo conhecedor da área da saúde, a quem devotamos todo o nosso respeito. Temos certeza da forma como V. Exa. sabe conduzir o processo político e, principalmente, administrativo e também na condução do encaminhamento das propostas - vamos fazer o possível para que possamos derrubar o veto do governador, no dia de hoje, para o benefício da saúde do Estado do Paraná.

(**Aplausos**)

Ouvi atentamente as palavras do líder da Oposição, deputado Durval Amaral, quando dizia, aqui, da tribuna algumas considerações em relação à economia do País, aquilo que estava acontecendo no atual governo do PT. Ouvi atentamente o meu amigo, deputado André Vargas, ilustre presidente do PT e também o líder do Governo, deputado Natálio Stica, quando fazia menção em relação ao risco Brasil. Não sou economista por formação, mas acompanho a economia do País, do Estado, enfim, aquilo que envolve o dia-a-dia da sociedade brasileira. Ora, o "Risco Brasil", nós sabemos muito bem, que antes as campanhas para presidente, em 2002, variava algo em torno de 400 a 600 pontos. Com a subida na pesquisa do Lula, então pertencente ao quadro do PT - deputado Elton Welter, V. Exa. sabe bem disso, que o PT pregava fora FMI, fora capital estrangeiro, contra a iniciativa privada, contra a desestatização e de tantos outros programas mais. Isso trouxe para o Brasil, sem sombra de dúvida um risco muito grande.

Com isso o risco Brasil subiu. O dólar que variava algo em torno de 2,50, 2,60, 2,70, antes da campanha chegou no final do governo Fernando Henrique Cardoso, quase a quatro reais. Logo, depois, que o Lula assumiu o governo do Brasil, viajou para o mundo inteiro e continua viajando, fazendo exatamente o inverso daquilo que ele pregava, quando era candidato e Oposição à presidência da República. Eu já enalteci o Lula por suas posições. Porque eu sempre disse, que quem alavanca a economia não é o Governo quem alavanca a economia é a iniciativa privada, então precisava exatamente desta parceria do Governo com a iniciativa privada! Eu dizia, desta tribuna, que o governador do Paraná, Roberto Requião, nesta tese deveria se espelhar no Governo da República, ao Lula, aliás o Lula viaja tanto e procura investimentos para o Brasil, aqui no Paraná o governador Roberto Requião faz exatamente o inverso, espanta os investimentos e a iniciativa privada procura outros Estados da nossa Federação.

Disse também algum deputado e principalmente o deputado Elton Welter que há uma estabilidade da economia, quando V. Exa. ocupou a tribuna e usou essa frase, quase que seu assessor caiu da escada. Não sei se foi por coincidência ou por que, mas ele quase caiu. Dizer que é

vergonhoso um deputado agora pedir informações ao governador Roberto Requião em relação aos gastos?

Deputado Welter, V. Exa. não foi deputado no mandato passado, mas V. Exa. esteve aqui na Sessão de abertura dos trabalhos, quando dessa tribuna o Roberto Requião, que é governador do Paraná, disse o seguinte: “em homenagem à Oposição vou baixar um decreto que em cinco dias todas as informações serão respondidas”. Não fomos nós, foi o governador Roberto Requião. Ele disse isso, e agora V. Exa. vem dizer que isso é vergonhoso! Ora, estamos fazendo o que o governador disse! Estamos fazendo aquilo que a Oposição no passado e que hoje é Governo fazia! Nada mais e nada menos! Então, temos que entender, eu já disse desta tribuna e volto a dizer: “quem tem passado, tem história, e quem tem história, não pode esquecer o passado”.

Sobre o PT, só para encerrar, palavras do seu líder, presidente da Câmara Federal, deputado João Paulo, logo depois que ele assumiu a Presidência ele disse o seguinte: “o PT fez oposição ao Fernando Henrique Cardoso, não por questões ideológicas; ele fez oposição porque estava em jogo o poder, porque se fôssemos aprovar no Governo do Fernando Henrique Cardoso a reforma tributária, a reforma política e a reforma previdenciária, o PT jamais chegaria ao Governo”. Palavras não minhas, palavras do João Paulo, presidente da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Liderança do Governo, com a palavra o deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, senhores deputados, também os representantes do Conselho Estadual de Saúde, Conselho Municipal de Saúde, as representantes das enfermeiras, os amigos e amigas do deputado Luciano Ducci e do deputado Hermas Brandão.

Tramita nesta Casa hoje o projeto a respeito do que diz o trabalho da Secretaria de Estado, no Estado do Paraná, na área de saúde em atendimento e prevenção sobre a questão da gestante.

Em meu nome estou liberando a bancada de deputados estaduais para que decidam favoravelmente ou não à manutenção do veto. Quero dizer que eu, pessoalmente, vou votar pela derrubada do veto. Acho que o projeto é meritório, é um projeto bom para as mulheres, é um projeto bom para o Estado do Paraná e eu acho que o Governo tem todas as condições de fazer todos os esforços para o cumprimento dessa medida aprovada aqui na Assembleia possa beneficiar as mulheres, no Estado do Paraná.

Nós, às vezes, nos defrontamos e aí vai um depoimento pessoal, nós nos defrontamos com algumas contradições, no nosso País temos muita pobreza, temos muitas pessoas passando muita carência, na nossa cidade, nas cidades do Estado do Paraná, do resto do Brasil. Até há algum tempo atrás nós sabíamos no Brasil se um ani-

mal, um suíno, um bovino tivesse uma febre aftosa, lá no Amazonas ou lá no Rio Grande do Sul, nós sabíamos que isso estava acontecendo e não sabemos onde moram as pessoas que mais necessitam do apoio do Estado, no nosso País.

É preciso reverter isso, é preciso ter a legislação que ampare as pessoas que mais precisam. E sobretudo as mulheres, num momento de grande importância na vida e na sociedade, que é o momento que vão gerar um filho. Por isso, ex-secretário da Saúde, deputado Luciano Ducci, acho que a Assembleia vai derrubar o veto e o Paraná vai ganhar com isso, as mulheres vão ganhar com isso.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Pela ordem, deputada Cida Borghetti.

A SRA. CIDA BORGHETTI

Senhor presidente, senhores deputados e senhoras deputadas.

Quero cumprimentar as mulheres que aqui estão, da área da saúde, e as mulheres que fazem parte do Comitê multipartidário na pessoa da Goreti que, aqui está. E dizer ao nosso colega Luciano Ducci e ao nosso presidente Hermas Brandão, que a deputada Elza, a deputada Luciana que também vão fazer uso da palavra, nós como mulheres e mães que somos, entendemos que a mulher precisa sim da dignidade. E a dignidade só é conquistada através do reconhecimento também destinado na área da saúde. Toda mãe quer saber onde seu filho ou sua filha vai nascer.

Então, vamos votar pela derrubada do veto.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Estamos num período do dia que comemora o dia das mulheres no mundo todo. Então gostaria que V. Exa. fizesse uma deferência especial e cedesse a palavra, pela ordem, à deputada Elza Correia e à deputada Luciana Rafagnin, que vão se pronunciar a esse respeito.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Gostaria de fazer uma proposição, aqui, se é com relação a votação do veto aposto ao projeto dos deputados Luciano Ducci e Hermas Brandão, que abrissemos espaço no encaminhamento da votação. Então, consulto as deputadas se é sobre essa questão que farão uso da palavra?

A SRA. ELZA CORREIA

Acatamos e vamos falar na hora do encaminhamento. Mas não abrimos mão de deixar consignada a nossa fala, aqui, hoje.

O SR. NATÁLIO STICA (Pela Ordem)

Senhor presidente, há alguns minutos atrás o deputado Durval e o deputado Rossoni pediram para que prestássemos atenção na noite de hoje na TV Senado,

porque teria um grande pronunciamento e muito sério do senador Almeida Lima, de Sergipe. E recebemos da agência em tempo real. O senador Almeida Lima fez o seu pronunciamento às 15h, fez o seu pronunciamento tão contundente. E o senador diz que ele pegou um relatório de 30 de julho de 2003, onde a Polícia Federal diz no relatório que houve uma ligação do ministro José Dirceu para o então governador Antony Garotinho, do Rio de Janeiro, pedindo uma operação abaixo, no caso do Valdomiro Diniz. Depois se pronunciaram o Mercadante e a Edeli Salvati, criticando a postura, porque não diz nada com nada. E aqui, o senador Renan diz que lamentavelmente o senador Almeida Lima usa de fatos que não acrescentam em nada, porque já eram sabidos pelas primeiras denúncias. E mais do que isso, fez uma ligação ao ex-governador Antony Garotinho e este afirmou: “não recebi nenhuma ligação do ministro Dirceu pedindo qualquer comentário neste assunto”.

Portanto, estou aqui respondendo que não teve do Senado, direto, às 15h51, portanto menos de uma hora atrás, dizendo que não foi nenhuma denúncia feita pelo Almeida Lima, que até agora só está fazendo - como disse Deli Selvatti: “o dragão está roncando, mas não está parindo nenhum rato”.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Acho que pelo discurso do nobre líder do Governo, Natálio Stica, acho que...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero informar a V. Exa. que o deputado Natálio Stica é vice-presidente da Assembléia, não é líder do Governo.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Na verdade, pelo seu discurso, pelo noticiário que ele dá neste momento, acho que o PT de Brasília vai assinar a CPI e o povo brasileiro vai ficar satisfeito, porque uma CPI vai apurar se houve ou não ligação, se houve propina ou não. Porque é esta a esperança do povo brasileiro.

O SR. ANDRÉ VARGAS (Pela Ordem)

Senhor presidente, não há nenhuma acusação que pese sobre o ministro José Dirceu em relação à propina.

Portanto, referir-se à questão desta forma jocosa e tratar a CPI para se resolver esta questão, se investigar, que se faça. É um problema do Congresso Nacional. Agora, ficar dizendo se tem propina ou não tem, não é assim que se tratam lideranças políticas do nosso Estado, inclusive, que recebeu recentemente o título de cidadão honorário desta Casa.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Senhor presidente, não cabia Questão de Ordem do ilustre presidente do PT e a minha também não cabe, mas vou me...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Esta Casa é uma Casa democrática e o debate é importante.

O SR. VALDIR ROSONI (Pela Ordem)

...calar e silenciar, em homenagem ao seu aniversário, porque estamos deixando-o nervoso e agitado.

Com toda calma, vou dar-lhe um abraço.

O SR. NATÁLIO STICA (Pela Ordem)

Sem abusar, presidente, uma Questão de Ordem de meio minuto, só para fazer, oficialmente, a entrega do deputado Valdir Rossoni, da resposta oficial do secretário de Comunicação. Está aqui.

O SR. VALDIR ROSSONI

Talvez o deputado Natálio Stica não conheça a tramitação legal desta Casa. Quero respeito à Assembléia Legislativa. V. Exa. encaminhe ao presidente da Casa, à Comissão Executiva e eu receberei da Comissão Executiva.

O SR. NATÁLIO STICA

Farei o encaminhamento à Mesa, para que proceda à entrega ao deputado Rossoni.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não há mais oradores inscritos no Pequeno nem no Grande Expedientes e nem no Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 130, de autoria dos deputados Marcos Isfer, Doutor Luciano, Dobrandino da Silva, Plauto Miró Guimarães e demais deputados, constante do expediente, solicitando a transformação da Sessão Ordinária de 03/03/2004 em Comissão Geral de Plenário para votação de Projeto de Lei Complementar nº 003/2004 (Plano de Carreira dos Professores do Paraná). **Recebido, na forma do Regimento Interno, com base no artigo 107.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 046/2003. Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 294/2003, de autoria dos deputados Doutor Luciano e Hermas Brandão, que estabelece o direito da gestante ao conhecimento e a vinculação à maternidade onde receberá assistência no âmbito do Sistema Único de Saúde. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OFÍCIO/CTL/CCnº 215/2003

Curitiba, 29 de outubro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 194/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 294/2003, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que toda gestante assistida pelo Sistema Único de Saúde tem direito a conhecimento e vinculação prévia das informações que especifica, tendo o veto sido aposto em razão dos esclarecimentos prestados pelo secretário de Estado da Educação, através do Ofício nº 2422/2003, cujos termos são adiante transcritos:

“Em atenção ao Projeto de Lei nº 294/2003, que estabelece o direito a gestante ao conhecimento e a vinculação à maternidade onde receberá assistência no âmbito do Sistema Único de Saúde do Paraná, informamos:

O Estado não pode interferir na autonomia do município no que concerne à organização e gerenciamento do sistema de saúde. E mais, cita o artigo 198, inciso I da carta Magna, onde uma das diretrizes das ações e serviços de saúde é a sua descentralização, com direção única em cada esfera de governo.

A Secretaria de Estado da Saúde está atuando no sentido de melhorar as condições de assistência, incentivando a atenção humanizada ao parto, instituindo hospitais de referência à gestão de alto risco de forma positiva em estreita colaboração dos municípios.

A Lei nº 8080/90, artigo 7º, inciso IX, quando trata da descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo, na letra “a” destaca a descentralização dos serviços para os municípios.

Assim sendo, esta Secretaria já vem atuando com a colaboração dos municípios no sentido de incentivar a atenção humanizada ao parto, sendo esta a atitude mais objetiva, coerente e efetiva.

Portanto, não é possível à Secretaria de Estado da Saúde regulamentar esta lei, posto que não é de sua competência. Também entendemos que no aspecto prático esta lei é ineficiente, pois diversos municípios sequer têm maternidade para atendimento ao parto e outros fazem o pré-natal em sua jurisdição, mas a paciente dá a luz em outra cidade.

Por fim, esta lei tratará responsabilidade legal para o Estado, sem que isso seja de sua atribuição.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 294/2003, encontra-se publicado no DA nº 039/2003, de 27/05/2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 046/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei em questão, de autoria dos deputados Doutor Luciano e Hermas Brandão, objeto de veto do governador, estabelece o direito da gestante ao conhecimento e vinculação à Maternidade onde receberá assistência no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto aposto dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.11.2003.

(aa) HERMAS FONSECA - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

Em votação.

Para encaminhar, com a palavra o deputado Luciano Ducci, autor do projeto.

O SR. DOUTOR LUCIANO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Acho que quando este projeto foi elaborado, o foi de uma maneira muito simples. É um projeto simples, na verdade. É um projeto meu e do deputado Hermas Brandão, que garante a toda mulher grávida no Estado do Paraná e que seja usuária do SUS, saber em qual maternidade ela vai ganhar seu nenê.

É um projeto simples, não tem grandes complicações, e o benefício que ele vai trazer é muito grande, porque hoje a grande maioria das mulheres não sabe aonde terá seu nenê, principalmente se é uma gestão de alto risco, não sabem qual é o hospital de referência. E quando é de baixo risco, em município que não tem maternidade ou não tem hospital, ela também não sabe aonde se dirigir ou a qual município se dirigir.

E na concepção deste projeto, ele vem de uma história antiga, que eu comecei a relatar. É uma história de mais de 5 anos, e queria até contar um pouco da minha experiência.

Como médico pediatra, sou casado com uma médica pediatra também, temos dois filhos, e no momento do parto, eu sabia quem era o pediatra, que era o Dr. Celso Osternack, sabia quem iria fazer o parto que era a doutora e professora Solange, sabia em qual mater-

nidade meus filhos iriam nascer, que era a Nossa Senhora de Fátima. Tenho carro para transportar a minha esposa e mesmo assim a gente vai para a maternidade ansioso, na expectativa de que tudo vá bem. A gente fica nervoso, fica naquela expectativa, torce, reza a Deus para que tudo corra bem. Agora vocês imaginem uma pessoa que é pobre, que mora na periferia de uma cidade, que não tem locomoção, que faz um pré-natal pelo SUS, mas que na hora de ganhar o seu nenê, não sabe para onde se dirigir. Muitas vezes percorre, uma, duas, quatro maternidades, muitas vezes o nenê nasce num carro, no carro da polícia. E fica naquele momento mais importante, naquela aflição. Aflição de uma família, muitas vezes já sofrida pela vida e que naquele momento mais importante de gerar uma nova vida, não sabe para onde se dirigir!

Então, é com esse espírito que foi montado o projeto aqui em Curitiba, é com esse espírito que nós fizemos o projeto a nível estadual, é um projeto onde o conhecimento é saber. Saber onde a mulher vai se dirigir já na primeira consulta. E cabe o quê, ao Estado? Um dos motivos do veto é porque é competência do município organizar o Sistema Municipal de Saúde.

De uma certa forma é, mas o papel do Estado, papel de regulador do Sistema Estadual de Saúde, o papel de organizar o Sistema de Saúde como um todo, é da Secretaria de Estado da Saúde, que com as suas regionais, pode definir-se naquele município lá da regional de Paranavaí município de Terra Rica, que o meu amigo médico pediatra Accorsi conhece muito bem, tem um hospital pequeno lá em Terra Rica, que dá para fazer parto de baixo risco, mas se for de alto risco tem que ir para Paranavaí ou Maringá. E essa mulher, os profissionais de saúde que atendem, sabem se ela é cardiopata, se ela é hipertensa, se ela já perdeu nenê anteriormente. Eles têm a condição de definir em qual maternidade vai acontecer isso. E quem organiza isso é a Secretaria de Estado de Saúde, através das suas regionais.

Então, com esse entendimento e talvez com a não compreensão do projeto como um todo, que ele possa ter sido vetado. Mas agora, com a manifestação do líder do Governo, Ângelo Vanhoni, manifestando e liberando toda a Bancada para votar, acredito que votem todos a favor do projeto. Tenho certeza que vamos derrubar esse veto, dar esse grande presente, que no Dia Internacional da Mulher todas as mulheres do Paraná que são atendidas pelo SUS possam saber onde vão ter o seu nenê. Gostaria de encaminhar para que os deputados votassem pela derrubada do veto, votassem não, com a certeza de garantir esse benefício a todas as mulheres do Paraná.

A SRA. ELZA CORREA (Para Encaminhar)

Senhor presidente, nós vamos nos posicionar aqui não por sermos mulher, mas por termos um compromisso com a saúde da população brasileira. O que é bom para uma mulher que é atendida num sistema particular, deve ser bom também para todas as mulheres, deve ser direito de todas.

Nesse sentido, solicitando aos companheiros, acho que teria essa aprovação dos meus companheiros do PMDB para que nós também trabalhemos e votemos na direção de derrubar esse veto.

Somos do governo, mas houve um equívoco em relação a esse veto, que eu passaria rapidamente a colocar.

Nós estivemos em Cuba numa delegação do governo estadual, e a Assembléia Legislativa, junto com os deputados Stica e Jocelito Canto, nós visitamos o sistema de saúde e ficamos fascinados da forma como a questão, principalmente a saúde materno-infantil é tratada em Cuba, lá o risco de mortalidade materna é quase zero, eles dizem zero, mas nós podemos dizer quase zero. As mulheres que não têm acesso à zona urbana e moram distante são atendidas dois meses antes do parto em casaslares, e têm toda a assistência com dignidade, com servidores, para que possam já saber aonde vão ter os seus bebês, qual será o médico e toda a assistência antecipada.

Então, é isso exatamente que o projeto prevê, é uma questão de dignificar a hora mais importante da mulher, que é hora de ter o seu filho.

Faço aqui uma ressalva da preocupação deputado Luciano Ducci da sensibilidade do nosso secretário Cláudio Xavier com questão da saúde, principalmente a materno-infantil, e V. Exa. deve saber disso.

Então, isso é importante, porque ele nos acompanhou e também manifestou a sua posição, a sua preocupação com a saúde como um todo, principalmente com a questão materno-infantil. Nesse sentido, nós, que fazemos parte, eu e as demais deputadas também do Comitê Multipartidário de Mulheres do Paraná, junto com as demais companheiras e as deputadas federais do Paraná, não poderíamos absolutamente ter outra conduta que hoje não fosse a de solicitar a derrubada do veto, porque nós estamos seguras que esse projeto é importante, que é fundamental, e que garante realmente uma normatização, uma regulamentação, uma fala única do Estado do Paraná em relação tão fundamental e tão importante.

Só para encerrar, gostaria de dizer que se hoje o deputado Luciano Ducci faz esse projeto, não é apenas porque ele é médico e pediatra; ele faz esse projeto como uma resposta ao movimento de mulheres do Paraná e do Brasil, que há décadas estão lutando, trabalhando, falando e querendo incluir este tema e este assunto na sua agenda de reivindicações. Então, acho que mais do que o fato de V. Exa. colocar, como médico, o senhor dá uma resposta também à reivindicação do movimento de mulheres no Brasil e no Paraná especialmente.

Devemos respeitar a questão hierárquica, mas fundamentalmente temos que ter uma linguagem única em relação ao atendimento da saúde no Estado do Paraná. Portanto, tenho certeza absoluta que a bancada do PMDB vai nos acompanhar na derrubada desse veto, em benefício das mulheres paranaenses.

O SR. AILTON ARAÚJO (Pela Ordem)

Senhor presidente, senhores e senhoras deputadas, eu estarei votando pela derrubada deste veto por uma questão de coerência. O meu compromisso é com a saúde, com a educação e com a segurança, e não posso ter duas palavras, não posso ter dois discursos e tenho que estar em paz com a minha consciência, ainda porque não vejo nenhuma dificuldade para o Governo; trata-se apenas de uma questão de vontade política e de boa vontade, trata-se de uma questão de organização, questão de planejamento, e dizer que não pode planejar aonde a paciente vai ser atendida seria passar um recibo de incompetência, e eu creio que o nosso secretário não vai dar esse recibo. Uma vez aprovada essa lei, não poderá ser considerada ineficiente.

Pelo bem da saúde e pelo bem das gestantes e das crianças eu creio que devemos votar pela derrubada. Não estaremos votando a favor da Situação, ou a favor da Oposição; estamos votando a favor da saúde e das crianças que estão para nascer; elas haverão de nos agradecer.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Ratinho Júnior, depois Tadeu Veneri, depois deputada Luciana, depois André Vargas, depois Luiz Carlos Martins.

O SR. RATINHO JÚNIOR

Em nome do PPS, dos deputados Marcos Isfer, Leite, Felipe, em nome do Bloco Independente formado também pelo Dr. Ducci um dos autores do projeto juntamente com o presidente Hermas Brandão, deputado Reni Pereira, Barbosa Neto e Jocelito Canto. Sem dúvida alguma nós, como deputados que fomos eleitos para cuidar da saúde da população, da educação e da segurança assim por diante, sem dúvida alguma temos que aplaudir e derrubar o veto do governo do Estado, porque é um projeto que dá um pontapé ao cuidar da gestante, desde o começo da gestação até o nascimento. É um passo muito grande, deputado Ducci que o senhor dá na saúde do Estado do Paraná.

O Bloco Independente, o PPS vai votar junto com esse projeto magnífico.

O SR. TADEU VENERI

Só para manifestar à Mesa, que quando esse projeto veio à CCJ eu tive a oportunidade de relatá-lo, projeto de sua autoria e do deputado Luciano Ducci e dar o parecer favorável.

Obviamente seria um absurdo, não votar pela derrubada do veto. Não só eu como os deputados do PT certamente estaremos votando pela derrubada. Eu espero, senhor presidente, que dentro em breve nós possamos também estar votando aqui um outro projeto que diz respeito à saúde, que já conversamos eu e o deputado Ducci várias vezes, que são as 30 horas para a saúde. Eu tenho certeza, que assim como as mães precisam ser aten-

didas, os profissionais de saúde também precisam ser atendidos com as 30 horas.

Por isso votaremos hoje pela derrubada do veto. Muito obrigado.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

É um projeto muito importante, eu parabeno os deputados Luciano e Hermas Brandão. O deputado Luciano falava que era um projeto simples, mas de grande significado.

Nós sabemos que estamos lidando com o dom mais precioso que é a vida. Nós, como mãe, falando como mãe, como mulher, neste momento, até por ter passado por duas gestações, sabemos como é importante você saber quem está lhe tratando, com quem você vai ter teu filho.

Então, mais do que justo que esse projeto seja colocado em prática. Falo em nome da Bancada do PT, que vai votar pela derrubada do veto, vai votar a favor do projeto, porque nós queremos, sim, a vida.

Muito obrigada.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, eu voto pela derrubada do veto, não para contradizer o que orientou o senhor governador Roberto Requião, mas por entender que a Secretaria da Saúde, por estar já atuando, e aqui na sua própria mensagem ele diz: Assim sendo, essa Secretaria já vem atuando com a colaboração dos municípios, no sentido de incentivar a atenção humanizada do parto.

O Governo já vem buscando essa direção, mas é importante que o projeto, ora apreciado o seu veto, também tenha a chancela desta Casa, que com tranqüilidade vai, com certeza, consagrar o projeto do deputado Hermas Brandão, porque o bom projeto não tem dono, ele tem iniciativa. É a Casa, são todos que somam-se à iniciativa dos deputados Luciano e Hermas Brandão no sentido, que nós possamos humanizar e dar à família paranaense uma condição mais adequada àqueles que serão o futuro deste Estado. Com certeza, teremos um melhor atendimento à maternidade, à mulher.

Parabéns aos deputados que foram os patrocinadores dessa idéia.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Senhor presidente, na verdade nós estaremos aqui resgatando o discurso de campanha, os compromissos de palanque das eleições passadas. V. Exa. juntamente com o deputado Ducci, encarnaram muito bem essa ansiedade, essa necessidade das mulheres, das famílias.

A deputada Luciana Rafagnin falou muito bem, a vida é o dom mais maravilhoso que existe e é preciso cuidar disso, é um presente de Deus para todos nós e pela continuidade da própria vida. Quero dizer que vamos derrubar esse veto. O PSL - Partido Social Liberal, eu e o deputado Geraldo Cartário vamos votar pela derrubada do veto, mas, acima de derrubá-lo, é preciso que todos

nós, depois, assumamos o compromisso de implantar essa lei, porque aqui no Paraná tem-se a mania de aprovar a lei e ela não ser implantada.

Nós vamos derrubá-lo, porque não concordamos com o veto do governador, que foi mal orientado pela sua assessoria; tenho certeza que ele não pensa assim, e vamos lutar pela implantação desse projeto que é maravilhoso.

O SR. ANDRÉ VARGAS (Para Discutir)

Senhor presidente, senhores e senhoras deputadas, faço minhas palavras as do deputado Luiz Carlos Martins. A derrubada do veto é fato consumado, já que a Liderança do Governo e da Oposição, os partidos políticos estão se manifestando por se tratar de um projeto com alta sensibilidade e ressonância social.

Quero também convocar os companheiros, especialmente aqueles que participam da Bancada do Governo, para lutar pela implementação desse projeto, porque, de fato, o veto soa estranho para nós, que esperamos viver no Paraná um momento novo de compromisso com os excluídos, especialmente do Serviço Único de Saúde. Também não poderia deixar de comparecer aqui e renovar o protesto de estima ao deputado Luciano Ducci, que tem prestado a esta Casa e à sociedade paranaense serviços importantes no debate sobre as verbas da saúde e projetos que garantem a melhoria de qualidade da saúde pública no Paraná.

Portanto, o nosso compromisso não é só pela derrubada do veto, mas por estar cobrando, sensibilizando o governador para que implante esse projeto no Paraná.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI (Para Discutir)

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

O projeto do deputado Luciano Ducci tem um alcance inimaginável, principalmente no momento que vivemos em nosso país onde todos nós perdemos a nossa capacidade de indignação; é o que acontece com a saúde do povo.

Hoje morrem pessoas por falta de atendimento e ninguém mais fica indignado; pessoas morrem por contaminação hospitalar e ninguém fica indignado. Simplesmente, deixaram a questão de saúde como algo secundário, quando sabemos que saúde é a questão mais importante em nossas vidas.

O deputado Luciano Ducci tem uma história, não só por ser médico, mas como um profissional da área de saúde pública e eu, também como profissional da área de saúde, sou farmacêutico bioquímico, conheço o trabalho do deputado Luciano Ducci e tenho algum conhecimento sobre a área de saúde como um todo, como o Sistema Único de Saúde funciona, as deficiências que temos no SUS, a falta de recursos, de verbas e, por isso mesmo que nos aliamos com o deputado Ducci e outros na Comissão de Orçamento, porque queríamos mais recursos para saúde. Estivemos lado a lado com o deputado André Vargas, lutando para que mais recursos fossem para área da

saúde, porque é colocar uma “venda nos olhos” e não ver a situação precária que está a saúde, no Paraná e no Brasil.

Nós não entendemos por que o governador apura um veto a um projeto como esse. Vejam os senhores a ansiedade de uma mulher que vai ter um filho, a ansiedade da família, do pai, dos outros filhos. Como bem colocou aqui o deputado Luciano Ducci que é médico, profissional da área, tinha já acertado a maternidade que a sua esposa iria dar à luz, com o seu veículo próprio, com o conhecimento de médico e mesmo assim tenho certeza que a descarga de adrenalina em seu organismo foi intensa. Imaginem os senhores, uma pessoa que não tem as mesmas condições. Uma mãe que simplesmente é jogada numa maca e não sabe ainda onde vai ter o seu filho.

Quero parabenizar o projeto do deputado Luciano Ducci e em nome da bancada da Oposição nesta Casa, dizer que vamos votar pela derrubada do veto e, a favor do projeto.

E, olha, deputado Luciano Ducci, quero crer que o governador Roberto Requião não se ateve, talvez por falta de tempo - esteve viajando e vetou este projeto não querendo vetar, porque não é possível um veto num projeto com alcance social como este. Garantir, vejam só, é uma coisa tão pequena, como disse o deputado Luciano Ducci, mas de um alcance fantástico para estas mães desvalidas que estão aí nas periferias das cidades, das grandes, das pequenas cidades, porque hoje as médias cidades também têm as suas periferias pobres. A certeza dessa mãe que vai ser atendida naquela maternidade.

É a certeza de que ela vai ter o atendimento. Imagine, deputado Chico Noroeste, o senhor lá em Foz do Iguaçu, conhece a realidade daquela grande população que veio para Foz do Iguaçu em função da grande obra que foi realizada e que hoje passa necessidade na periferia. Embora a prefeitura tenha todo empenho por parte do prefeito Sâmis em prover aquelas pessoas de saúde, mesmo os outros que vêm do Paraguai, os brasiguaios e uma mulher daquelas que mora nas barrancas do Rio Paraná, de repente ter que dar à luz e não sabe para onde vai. Vejam a angústia dessa mulher.

O projeto do deputado Luciano Ducci vai nessa direção. Vai ao encontro dessa ansiedade.

Por isso, quero, em nome dos deputados da Oposição nesta Casa, deputados Durval Amaral, Ademar Traiano, Valdir Rossoni, Elio Rusch, Plauto Miró Guimaraes, Luiz Carlos Martins, pedir o voto dos demais deputados a favor do projeto e contra o veto.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Pela ordem de inscrição, deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, senhores deputados, depois desse belíssimo e eloqüente discurso do nosso querido

companheiro deputado Fernando Ribas Carli, que aqui fez uma crítica ao governador Roberto Requião e ao mesmo tempo ao secretário Cláudio Xavier. Indiretamente fez.

Venho aqui hoje defender o secretário Cláudio Xavier, primeiro, porque o deputado Plauto, que está ao lado de S. Exa. o nosso presidente Hermas Brandão, esteve em Ponta Grossa agora, as 11h00, onde inauguramos os tão esperados leitos de UTI que matavam crianças em Ponta Grossa.

Recentemente, o secretário Cláudio Xavier inaugurou dez leitos de UTI no Hospital Cidade em Ponta Grossa; muitas vidas já foram salvas lá em Ponta Grossa e região dos Campos Gerais. O Hospital Bom Jesus colocou mais dois leitos para funcionar. O Hospital Santa Casa colocou mais dois. E o Hospital Vicentino se prepara para colocar mais dez leitos de UTI.

Então, senhor presidente, senhores deputados, não posso concordar com esse discurso feito pelo deputado Carli, aqui.

O que o Sr. Jaime Lerner não fez em oito anos, o Sr. Roberto Requião, que eu tenho criticado nesta Casa quando é merecedor, fez em um ano e dois meses! Os leitos de Ponta Grossa estão funcionando, e quando nós caminhamos a pé de Ponta Grossa até aqui, tiveram até alguns deputados que brincaram e nós protestávamos e o protesto deu certo e os leitos, hoje, são uma realidade.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nobre deputado, V. Exa. está encaminhando o veto e está fugindo do assunto. Nós temos que respeitar os nossos visitantes e votarmos rapidamente o veto.

Peço que V. Exa. se restrinja somente ao assunto a ser discutido!

O SR. JOCELITO CANTO

Que o senhor me perdoe, senhor presidente, porque eu não queria ofender ninguém; queria apenas dizer que o discurso do deputado Carli aqui não é correto neste momento.

Mas, quanto ao projeto do deputado Luciano Ducci, não tenho dúvida nenhuma que só poderia vir do homem que conhece a saúde e de V. Exa., que acompanhou o nosso ex-secretário de Curitiba. E vou votar a favor e vou sugerir aqui, com autorização da deputada Elza Correia e com a autorização do deputado Natálio Stica, dizer que estivemos recentemente em Cuba e muita gente perguntou o que nós fomos fazer em Cuba, junto com o secretário Cláudio Xavier: lá fomos ver a saúde.

E lá em Cuba, senhor presidente, e isso faz parte da matéria, existem casas que protegem as mulheres gestantes em situação de gravidade nos últimos quinze dias. E nós vamos fazer um projeto nesta Casa, sugerindo, em nome dessa comitiva que foi a Cuba, que o Governo do Estado instale, com parceria das prefeituras das cidades-pólo do Estado do Paraná, casas que tenham exatamente esse tipo de tratamento: que a mãe que estiver com

dificuldades na gravidez, tenha essas casas nos principais pólos do Paraná como contribuição para melhorar a saúde da nossa cidade.

E, para finalizar, muito obrigado ao secretário Cláudio Xavier! Valeu tudo! Hoje Ponta Grossa tem UTI e o povo está sendo salvo. O que o Jaime Lerner não fez em oito anos, o Requião fez em um ano!

Parabéns, governador Requião!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem de inscrição, com a palavra o deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Nossa homenagem, senhor presidente, a V. Exa., e ao deputado Luciano Ducci, que fizeram este projeto aqui na Casa. E apenas peço a palavra para registrar o voto dos deputados Renato Gaúcho, Barbosa Neto, do PDT, e do nosso líder, o deputado Neivo Beraldin.

Parabéns a esta Assembléia, que faz uma lei importante, através de dois deputados brilhantes e membros desta Casa!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o deputado Felipe Lucas.

O SR. FELIPE LUCAS

Senhor presidente e Doutor Luciano Ducci, quero parabenizá-los, porque vocês souberam discernir, e vejam que estou bem livre para falar, porque conheço da causa. Tendo feito mais de vinte mil partos em Irati, sinto-me em casa para dizer que nós precisamos, de fato, ter o atendimento no Estado e que com toda a humildade, precisamos dizer que o SUS ainda é o melhor sistema de previdência do Brasil e um dos melhores do mundo.

Portanto, quando nós fazemos um projeto dessa amplitude, tenho certeza que é um projeto de alcance social, mas principalmente um projeto que vem ao encontro àquela mãe ou àquele recém-nato. Portanto, quero, em nome do PPS, parabenizar e dizer que juntos estamos, o Valdir Leite, o Marcos Isfer e o Ratinho Júnior, todos nós muito alegres quando vemos um projeto dessa natureza.

Parabéns para vocês que tiveram a capacidade de fazer esse projeto.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito à 1ª secretária, deputada Cida Borghetti, a chamada dos senhores deputados para a votação.

Quero informar que aqueles que querem manter o veto, votem com a palavra SIM, e para derrubar o veto, a palavra NÃO.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Cida Borghetti**)

(**Procede à chamada nominal dos senhores deputados**)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Convido as deputadas Elza Correia e Luciana Rafagnin, para fazer a contagem dos votos.

Resultado da votação: 37 dos senhores deputados votaram NÃO, pela derrubada do veto. **Está derrubado o veto.**

ITEM 02**VOTAÇÃO EM:**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 078/2003, de autoria do deputado André Vargas, que institui, no calendário de comemorações oficiais do Estado do Paraná, a Semana da Paz. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.**

Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI Nº 078/2003**

P A R E C E R :**Relatório**

Encaminhado à Plenária, após receber parecer favorável nesta Comissão de Constituição e Justiça e também, na Comissão de Educação, Cultura e Esportes, o presente projeto de lei recebeu emenda do próprio autor da proposição, o deputado André Vargas, na qual fixa a primeira semana da primavera de cada ano, como a data comemorativa da Semana da Paz.

Não faz menção o proponente da emenda sobre a localização desta no texto do projeto de lei, nem se descreve a espécie da mesma, se aditiva ou substitutiva.

Voto do relator e fundamentação

Não há qualquer óbice de ordem constitucional ou de legislação ordinária para a emenda apresentada pelo autor, de forma que somos de parecer para o recebimento da mesma. No entanto, entendemos que a emenda deve constituir o artigo 1º do projeto, numa fusão com a redação original deste artigo, passando a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica designada a primeira semana da primavera, a cada ano, como a data comemorativa da Semana da Paz, que passa a fazer parte do calendário de comemorações oficiais do Estado do Paraná.

Permanecendo os demais artigos, do segundo ao último, na forma da redação original.

Conclusão

Diante do exposto, somos do parecer pela constitucionalidade e legalidade da emenda apresentada em plenária, pelo próprio autor do projeto de lei, porém na forma do substitutivo em anexo.

Sala das Comissões, em 02.12.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

Apoioamento:

Duílio Genari, Doutor Luciano, Nelson Justus, Antonio Anibelli, José Maria Ferreira, Delegado

Braddock, Marcos Isfer, Durval Amaral e Jocelito Canto.

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 078/2003

Fica designada a primeira semana da primavera, a cada ano, como a data comemorativa da Semana da Paz.

Sala das Sessões, em 05.11.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

Apoioamento:

Luciana Rafagnin, Pedro Ivo Ilkiv, Pastor Edson Praczyk e Renato Gaúcho.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA DO RELATÓRIO DA CCJ
AO PROJETO DE LEI Nº 078/2003**

Art. 1º Fica designada a primeira semana da primavera, a cada ano, como a data comemorativa da Semana da Paz, que passa a fazer parte do calendário de comemorações oficiais do Estado do Paraná.

Art. 2º - (na forma da redação original)

Art. 3º - (na forma da redação original)

Art. 4º - (na forma da redação original)

Art. 5º - (na forma da redação original)

Art. 6º - (na forma da redação original)

Art. 7º - (na forma da redação original)

Art. 8º - (na forma da redação original)

Art. 9º - (na forma da redação original)

Sala das Sessões, em 02.12.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

ITEM 03**VOTAÇÃO EM:**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 292/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre benefícios para doadores de sangue e dá outras providências. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. PARECER CONTRÁRIO DA CSP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
AS EMENDAS DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI Nº 292/2003**

P A R E C E R :**Histórico**

Foram apresentadas em plenário as Emendas Aditiva do deputado Jocelito Canto e Modificativa do deputado Marcos Isfer ao Projeto de Lei nº 292/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, dispõe sobre benefícios para doadores de sangue e dá outros providimentos.

Fundamentação

O projeto de lei apresenta óbice de natureza constitucional ou legal.

Segundo a Constituição Federal em seu artigo 199, parágrafo 4º, *in verbis*.

“Art. 199 - A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

...

§ 4º - A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos ou substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização”.

O incentivo à doação de sangue através de recompensa pecuniária, afronta o texto constitucional.

O desconto na entrada para casa de shows e no pagamento das passagens de transporte coletivo implicam em remuneração indireta pela doação do sangue, levando assim a uma comercialização do sangue, vez que, ainda que o doador não receba o pagamento imediatamente após a doação, estará ele recebendo dinheiro de forma indireta quando se utilizar de transporte ou participar de eventos culturais particulares.

O texto constitucional não permite esse tipo de comercialização indireta ou qualquer remuneração pela doação do sangue, sendo portanto a lei inconstitucional.

Por este motivo o projeto deve ser reformulado através de um substitutivo geral, retirando-se as vantagens pecuniárias oferecidas aos doadores.

Desta forma a emenda de plenário apresentada pelo deputado Jocelito Canto, que isenta os doadores de pagamento de taxas de inscrição em concursos públicos estaduais deve ser acatada.

Por outro lado a emenda de plenário apresentada pelo deputado Marcos Isfer que vincula os benefícios aos doadores que tenham renda abaixo de 03 (três) salários mínimos não pode ser acatada, tendo em vista que foram retirados do projeto todos os benefícios pecuniários.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua tramitação na forma do substitutivo em anexo.

Sala das Comissões, em 09.12.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Apoiamento:

Jocelito Canto, Chico Noroeste, Duílio Genari, Nelson Tureck, Antonio Anibelli, Elton Carlos Welter, Delegado Bradock, Marcos Isfer, Barbosa Neto, Nelson Justus, Durval Amaral, Doutor Luciano e Tadeu Veneri.

Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.

Emenda de Plenário nº 01. **Aprovada.**

Emenda de Plenário nº 02. **Aprovada.**

Emenda Supressiva da Comissão de Constituição e Justiça. **Aprovada.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 158/2003, de autoria do deputado Nereu Moura, que dispõe sobre a obrigatoriedade do governo do Estado do Paraná, em prestar informações detalhadas a todas as pessoas residentes no território paranaense, em relação à arrecadação do ICMS, FPM e IPVA, através das faturas de energia elétrica e água. PARECERES DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a Emenda.**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 387/2003, de autoria do deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores de Leite do município de Goioxim, com sede no município de Goioxim e foro na comarca de Cantagalo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a Emenda.**

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 574/2003, de autoria da deputada Elza Correia, que dispõe sobre a cobrança de valores para a inscrição em concursos públicos realizados pela Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a Emenda.**

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 043/2003, de autoria do deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da estrada Graúna - AMEG, com sede e foro no município de Pérola. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/2003, de 18.02.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 043/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Cleiton Kielse, declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Estrada Graúna - AMEG, com sede e foro no município de Pérola.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nºs 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.12.2003.

(aa) HERMES FONSECA - PRESIDENTE

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 504/2003, de autoria da deputada Cida Borghetti, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Ricardo Alves da Conceição. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 067/2003, de 02.09.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 504/2003

P A R E C E R :**Histórico**

O Projeto de Lei nº 504/2003, de autoria da deputada Cida Borghetti, concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Ricardo Alves da Conceição.

Fundamentação

O projeto não apresenta óbices de natureza legal ou constitucional e está de acordo com a Lei nº 13.115 de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a concessão de título de cidadão honorário e benemérito do Estado do Paraná.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente a sua tramitação.

Sala das Comissões, em 16.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - PRESIDENTE

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Votação secreta, porque concede título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Ricardo Alves da Conceição. Com parecer favorável da CCJ.

Para encaminhar, com a palavra a deputada Cida Borghetti.

A SRA. CIDA BORGHETTI

Gostaria de solicitar aos nobres colegas, deputadas e deputados, que nos acompanhassem nesta votação, pedindo que votem SIM para concedermos o título de Cidadão Honorário ao Sr. Ricardo Conceição, ele que é vice-presidente de Agronegócios do Governo, do Banco do Brasil e que é um amigo do Paraná. Tem, por muitos anos, destinado recursos para a área da agricultura do Estado do Paraná.

Então, gostaríamos de referendar o voto “sim” dos nobres colegas, que fiquem em Plenário, para que possam nos acompanhar.

O Sr. Ricardo Alves da Conceição é um entusiasta da agropecuária paranaense, pela pronta resposta que os produtores do Estado sempre concedem ao estímulo de crédito e sua criação, com novas tecnologias. Dois exemplos mostram o carinho que o Sr. Ricardo Conceição tem olhado para a produção do Paraná: assinaturas de convênios e suas renovações, para o desenvolvimento da pecuária e para recuperação das áreas degradadas do arenito caiua, do programa arenito Nova Fronteira.

Muito obrigado. Agradeço aos nobres colegas deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito à 1ª secretária que proceda à chamada nominal dos senhores deputados.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (Elza Correia)

(Procede à chamada nominal dos senhores deputados)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito aos deputados Renato Gaúcho e Tadeu Veneri, para escrutinarem os votos.

Trinta e oito votos a favor da concessão do título e um voto em branco.

Está **aprovado**, em 1ª discussão.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 711/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária das Mulheres de Barbosa Ferraz - ACOMUBAFE, com sede e foro no município de Barbosa Ferraz. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 104/2003, de 02/12/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 711/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Nelson Tureck, declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária das Mulheres de Barbosa Ferraz - ACOMUBAFE, com sede e foro no município de Barbosa Ferraz.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 09.12.2003.

(a) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 123, de autoria do deputado Natálio Stica, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 124, de autoria do deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 125 a 129, de autoria do deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 131, de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 132, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 134 a 136, de autoria da deputada Cida Borhgetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 137, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 139 e 140, de autoria do deputado Marcos Isfer, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 141, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, constantes do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

O SR. ELIO RUSCH (**Questão de Ordem**)

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (**Questão de Ordem**)

Chamada nominal, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não há quórum nem para continuar a Sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 03, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 003/2004.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 078 e 292/2003.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 043, 427, 504 e 711/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 268, 543, 605 e 699/2003.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações nºs 095 e 124/2004.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR.

DEPUTADO FERNANDO RIBAS CARLI EM SESSÃO DO DIA 02 DE MARÇO DE 2004.

“O amigo do Valdô”

Gazeta do Povo

Ontem, na Assembléia Legislativa, corriam boatos de que a Bancada do PT estava tentando obstruir de qualquer jeito a criação de uma CPI para investigar os jogos no Paraná. As alegações eram as mais descontroladas possíveis, assim como estapafúrdias. Dizer que os deputados do Partido dos Trabalhadores são contra a investigação pelo Legislativo estadual porque têm medo de que um deles caia na “rede”, é de uma infantilidade total. A Bancada do PT na Assembléia não tem nenhum motivo para temer qualquer tipo de investigação, pois seus membros até prova em contrário - são íntegros e agem como se assim fossem. Contudo, de alguns “companheirinhos” do PT, como o amigo do Valdô, que estão encastelados no governo estadual, não se pode afirmar a mesma coisa, pois o mesmo costuma, descaradamente e sem medo do “Roberto”, como se afirma a quem quiser ouvir, receber em seu gabinete no quarto andar do Iguazu, seu comparsa Carlos Augusto Ramos, também conhecido como “Carlinhos Cachoeira”. De “pé de chinelo”, o “amigo do Valdô” virou nobre, pois embora receba salários de R\$4.000,00 por mês do governo, veste ternos de mais de R\$2.000,00 a unidade, além de sapatos italianos, gravatas francesas, etc, etc. Isto, sem falar das motocicletas e carros importados, com os que circula. Como todo “pé de chinelo” que se deslumbra ao mergulhar o “beijo no melado” agora passou a ser grande conhecedor de vinhos e “adora” cavalos de raça, não pangarés. Aliás, segundo o próprio, “pangarés” são seus antigos “companheiros”, os quais hoje sequer reconhece.

Atas de Comissão:

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatro, no Plenarinho Luiz Gabriel Sampaio, reuniu-se a Comissão de Fiscalização, presidida pelo senhor deputado Neivo Beraldin, que contou com a presença dos seguintes senhores deputados membros: André Vargas, Elio Rusch, Artagão Júnior e Nelson Tureck. Havendo número legal o senhor presidente abriu os trabalhos, sendo solicitado pelo deputado André Vargas a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, realizada em 05 de novembro de 2003. Após discussão, o senhor presidente colocou em votação. APROVADA POR UNANIMIDADE. Em seguida, o senhor presidente solicitou aos assessores da Comissão que relatassem sobre os requerimentos que foram enviados aos diversos órgãos do governo estadual, conforme deliberação da Reunião anterior, explicitando o que foi efetiva-

mente respondido, bem como, a respeito de assuntos ligados à APPA - Administração dos Portos de Antonina e Paranaguá. Após a explanação, foram colocados em discussão os seguintes requerimentos: requerimento ao secretário estadual do Desenvolvimento Urbano solicitando maiores esclarecimentos sobre sua resposta ao ofício de 05.11.2003 desta Comissão, referente ao serviço autônomo - Paracidade. Após discussão, o senhor presidente colocou o requerimento em votação. APROVADO POR UNANIMIDADE. Requerimento ao secretário estadual da Justiça e da Cidadania solicitando maiores esclarecimentos sobre sua resposta ao ofício de 05.11.2003 desta Comissão, referente à obra paralisada - Penitenciária de Regime Semi-Aberto de Maringá. Após discussão, o senhor presidente colocou o requerimento em votação. APROVADO POR UNANIMIDADE. Requerimento para pedido de Parecer Conclusivo do Tribunal de Contas em 30 dias sobre as respostas ao ofício de 05.11.2003 da Comissão de Fiscalização, prestadas pelo secretário de Estado dos Transportes e pela APPA, quanto a assuntos diversos no Porto de Paranaguá (Dragagem, Terminais, Funcionários, Embarque de Produtos, Infra-estrutura e Meio Ambiente). Após discussão, o senhor presidente colocou o requerimento em votação. APROVADO POR UNANIMIDADE. Requerimento para pedido de Parecer Conclusivo do Tribunal de Contas em 30 dias sobre as respostas ao ofício de 05.11.2003 da Comissão de Fiscalização, prestadas pelo secretário de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul, quanto a informações sobre a existência de alguma obra pública paralisada ou mesmo, algum convênio com municípios, relativo a obra ou serviço público, igualmente paralisado. Após discussão, o senhor presidente colocou o requerimento em votação. APROVADO POR UNANIMIDADE. Requerimento para pedido de Parecer Conclusivo do Tribunal de Contas em 30 dias sobre as respostas ao ofício de 05.11.2003 da Comissão de Fiscalização, prestadas pelo secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, quanto a informações sobre a existência de alguma obra pública paralisada ou mesmo, algum convênio com município, relativo a obra ou serviço público, igualmente paralisado. Após discussão, o senhor presidente colocou o requerimento em votação. APROVADO POR UNANIMIDADE. Requerimento para pedido de Parecer Conclusivo do Tribunal de Contas em 30 dias sobre as respostas ao ofício de 05.11.2003 da Comissão de Fiscalização, prestadas pelo Ecoparaná, quanto a informações sobre a existência de alguma obra paralisada ou mesmo, algum, convênio com município, relativo a obra ou serviço público, igualmente paralisado. Após discussão, o senhor presidente colocou o requerimento em votação. APROVADO POR UNANIMIDADE. Requerimento para pedido Parecer Conclusivo do Tribunal de Contas em 30 dias tendo em vista que APPA não esclareceu em sua resposta quais foram os responsáveis e os motivos que ensejaram no desaparecimento de 1.610 toneladas de soja no Silo Vertical da APPA, bem como a verificação de indícios de outras possíveis irregularidades havidas na Administração. Após discussão, o senhor presidente colocou o requerimento em votação.

APROVADO POR UNANIMIDADE. Sobre estas situações na APPA (Administração do Porto de Paranaguá e Antonina) também foi colocada em discussão a convocação do Sr. Ogarito Bórgias Linhares, diretor Técnico da APPA, para o dia 03.03.2004, às 10h00, a se realizar no Plenarinho desta Casa. Após discussão, o senhor presidente colocou o requerimento em votação. APROVADO POR UNANIMIDADE. O deputado Nelson Tureck solicitou que fosse reiterado pedido de informações à Secretaria de Ciência e Tecnologia sobre o funcionamento dos IMEP's, esclarecendo que esta sigla refere-se às Faculdades de Campo Mourão. Requereu ainda o deputado Nelson Tureck a apresentação dos Orçamentos e Comprovantes de pagamentos diversos de 1998 a 2002, e sobre o funcionamento das referidas entidades no relacionamento com a Universidade Estadual de Campo Mourão. Após discussão, o senhor presidente colocou o requerimento em votação. APROVADO POR UNANIMIDADE. Levantou ainda o deputado Nelson Tureck a necessidade de um requerimento para solicitar informações à Sedu, para posterior Parecer do Tribunal de Contas, a respeito de um processo licitatório referente ao Convênio firmado entre a Sedu e o município de Campo Mourão sob nº 535/2002, para construção de um Centro de Eventos, incluindo pareceres sobre a proposta vencedora. Após discussão, o senhor presidente colocou o requerimento em votação. APROVADO POR UNANIMIDADE. O senhor presidente ressaltou aos membros da Comissão os poderes da Comissão de Fiscalização, a importância do seu trabalho e o reconhecimento do interesse público que a mesma recebeu do Juiz Sr. Sérgio Moro quando o mesmo estendeu a quebra de processos judiciais iniciados pela CPI do Banestado à Comissão de Fiscalização. Lembrou ainda, da função do Tribunal de Contas do Paraná de apoio e auxílio ao Legislativo na sua permanente função fiscalizadora. na sequência o senhor presidente solicitou aos demais membros autorização e autonomia para emissão de novos requerimentos que se fizerem necessários, conforme as prerrogativas da Comissão contidas no Regimento Interno e Constituição Estadual, inclusive judicialmente, como solicitações de quebra de sigilo bancário e fiscal, e outros que se fizerem necessários ao bom andamento dos trabalhos tendo em vista o interesse público envolvido. Após discussão, o senhor presidente colocou o requerimento em votação. APROVADO POR UNANIMIDADE. O deputado André Vargas solicitou o envio de cópia de todos os ofícios e respostas já recebidas a todos os deputados membros da Comissão, no que foi prontamente atendido pelo senhor presidente que se comprometeu a encaminhar a documentação a todos dentro do menor tempo possível, devendo inclusive ser providenciado pela assessoria livro de protocolo de entrada e saída visando registro dos documentos enviados aos membros da Comissão e recebidos ou enviados a outros órgãos ou pessoas. Foi mais uma vez ressaltada pelo senhor presidente, no que foi apoiado por todos os membros da Comissão presentes, a importância da presença de todos os deputados e a postura adequada e séria mantidas até hoje pelos mesmos. E nada mais havendo a tratar o senhor presidente deu por encerrada a pre-

sente Sessão, da qual foi lavrada a presente Ata que vai assinada por todos os senhores deputados e por mim, Adilson Luiz Hintz, secretário desta Comissão.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente
Adilson Luiz Hintz - Secretário

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatro, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, na sala de reuniões das Comissões sob a presidência do senhor deputado Tadeu Veneri. Contando com as presenças dos seguintes senhores deputados Jocelito Canto, Doutor Luciano, Ailton Araújo, Delegado Bradock, Francisco Bühner e Marcos Isfer e dos senhores deputados-membros da Comissão, Alexandre Curi, Cida Borghetti, Ratinho Júnior e Barbosa Neto. Contando também, com a presença do presidente da APP Sindicato, professor José Lemos e do secretário geral da APP Sindicato, Sr. Luiz Carlos Paixão. O senhor presidente deu início à sessão agradecendo a presença de todos, passando a palavra ao professor José Lemos, o qual fez sua explanação sobre o objetivo desta reunião que é a proposta do governo do Estado sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários do Professor da Rede Pública Estadual de Ensino. Na sequência, os senhores deputado também fizeram uso da palavra, solicitando maiores informações sobre a proposta ao presidente da APP Sindicato. Para encerrar, o senhor presidente marcou uma Audiência Pública para o dia cinco próximo, para que a Secretaria de Estado da Educação, juntamente com a comunidade e a APP Sindicato possam discutir sobre a proposta do Governo, conforme consta nas notas taquigráficas, parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar eu, Solange Mann, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU VENERI - Presidente
Solange Mann - Secretária

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatro, no Plenário da Assembléia às 11h00, foi realizada Audiência Pública para discussão sobre a proposta do governo do Estado sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Professores da Rede Pública de Ensino do Estado do Paraná, sob a presidência do senhor deputado Tadeu Veneri. Contando com as presenças dos senhores

deputados Doutor Luciano e Padre Paulo Campos e dos senhores deputados-membros da Comissão, Alexandre Curi, Cida Borghetti e Barbosa Neto. Também, com a presença do presidente da APP Sindicato, professor José Lemos e do diretor geral da Secretaria de Estado de Educação, senhor Ricardo Bezerra. O senhor presidente deu início à sessão agradecendo a presença de todos e teceu comentários sobre o objetivo desta audiência. Logo após passou a palavra ao professor José Lemos, que fez sua explanação quanto ao processo de negociação entre a categoria e o governo do Estado. Em seguida, o senhor Ricardo Bezerra fez sua colocação quanto ao posicionamento do Governo do Estado, que se propõe em avançar o mais próximo possível das reivindicações. Na sequência, os senhores deputado e participantes da Mesa também fizeram uso da palavra. O senhor presidente destinou espaço para que fosse realizadas perguntas ou sugestões pelos senhores presentes nesta audiência. Para encerrar, o senhor presidente reafirmou que esta Comissão tem o compromisso de que, se não houver consenso entre a classe e o governo, esta Comissão fará emendas para que os professores sejam contemplados nas suas reivindicações, conforme consta nas notas taquigráficas, parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar eu, Solange Mann, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU VENERI - Presidente
Solange Mann - Secretária

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatro, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, na sala de reuniões das Comissões, presidida do senhor deputado Tadeu Veneri, com as presenças dos seguintes senhores deputados: Cida Borghetti, Barbosa Neto, Ratinho Júnior e Alexandre Curi. Havendo número legal, o senhor presidente deu início aos trabalhos, passando à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 03/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 09/2003. Relator deputado Tadeu Veneri. Parecer FAVORÁVEL, COM EMENDAS - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar eu, Solange Mann, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU VENERI - Presidente
Solange Mann - Secretária